

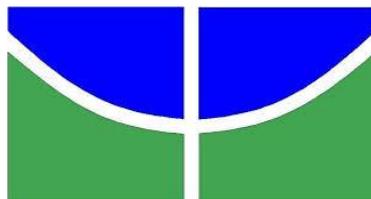
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VANESSA DE JESUS QUEIROZ

**ENTRE FALADORES E OPERÁRIOS DA CIÊNCIA: O
CHARLATANISMO NA GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1866-1870**

BRASÍLIA

2015



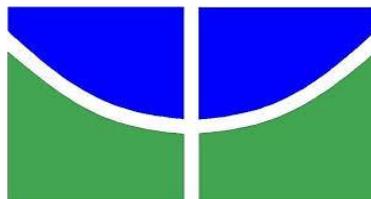
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ENTRE FALADORES E OPERÁRIOS DA CIÊNCIA: O
CHARLATANISMO NA GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1866-1870**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciada e bacharela em História, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Balaban.

BRASÍLIA

2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ENTRE FALADORES E OPERÁRIOS DA CIÊNCIA: O
CHARLATANISMO NA GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1866-1870**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Balaban (Orientador)

Profa. Dra. Neuma Brilhante Rodrigues (Membro Interno)

Prof. Dr. Marcelo Gustavo Costa de Brito (Professor adjunto de Teoria e Metodologia da
História da Universidade Estadual de Goiás)

Data da defesa: **17 de Dezembro**

BRASÍLIA

2015

AGRADECIMENTOS

O exercício de agradecer é sempre complicado. Por vezes nossa memória, seletiva, nos trai. Eu realmente gostaria de agradecer, citando nome por nome, a todas as pessoas que estiveram comigo. Não serei capaz de fazê-lo. Mas há pessoas que nem mesmo as restrições de memória e espaço são capazes de impedir-me de citar.

Agradeço aos meus familiares, principalmente à minha mãe Renildes Rosa e a meu pai João Célio, por todo o carinho, o cuidado, os puxões de orelha e diálogos que sempre me despertaram a vontade de me tornar um ser humano a cada dia melhor. À Monique, ao Célio, ao Fernando, ao Waldeyres e à Jucicléia, minhas gratulações por todo o apoio e pelas risadas que me impediram de surtar em meio as noites mal dormidas tentando dar conta do curso sempre da melhor maneira possível. A Deus, além da gratidão por toda capacidade a mim concedida, agradeço por ter me presenteado com meu querido sobrinho Guilherme, a pessoa que me motiva a buscar ser exemplo de dedicação.

Sou grata a todos os professores com os quais tive aula durante o período da graduação na Universidade de Brasília, mas alguns merecem meus remerceamentos mais diretos. À professora Elaine Alves, da Faculdade de Medicina, meus agradecimentos por ter ministrado de forma majestosa a disciplina onde tive os primeiros contatos com meu tema de pesquisa. Ao meu orientador, professor Marcelo Balaban, do Departamento de História, me faltam palavras para agradecer os puxões de orelha, a paciência e a presteza a mim dispensadas ao longo dos últimos três anos. Ao professor Estevão Chaves de Rezende Martins, também do Departamento de História, minhas gratulações pela melhor disciplina que cursei na graduação. O aprendizado que obtive em suas aulas foi fundamental para minha aprovação no mestrado- um dos meus momentos mais felizes do ano de 2015.

Agradeço a todos os meus amigos, principalmente à minha irmã de sangue diferente, Uelma Alves, e ao meu eterno professor, Robson Eleutério, por todo o companheirismo. Aos colegas e supervisores de estágio da Coordenação de Pesquisas e Informações Legislativas do Senado Federal, um grande abraço em agradecimento pelo acolhimento nesses últimos dois anos e por terem me propiciado a oportunidade de trabalhar sem nenhum prejuízo a minhas atividades acadêmicas.

À banca examinadora meus agradecimentos pela disponibilidade e atenção.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo analisar a centralidade da disputa entre “operários da ciência” e charlatães, na Gazeta Médica da Bahia, entre os anos de 1866 a 1870. O referido jornal foi criado em 1866 pelos integrantes do grupo conhecido como Escola Tropicalista Baiana, em um contexto marcado por buscas pela explicação e combate às doenças por aqueles que se atribuíam os senhores do saber médico, em que ganham lugar diversas correntes da medicina. A própria noção do que seria medicina estava em processo de construção, sob o pano de fundo da legitimidade concedida pelo adjetivo “científica”. Não havia consenso ou mesmo hegemonia com relação às práticas de cura. É levando em consideração este contexto, marcado por disputas no que concerne ao monopólio da cura, que ganhava lugar central a disputa entre os “operários da ciência” e seus inimigos nomeados como charlatães pelos primeiros. A palavra charlatão significava muitas e diversas coisas. Se tratava de um conceito polissêmico que abarcava um grande número de casos e médicos. O conceito adotado nesta monografia é o de charlatanismo como todas as práticas situadas pelos editores da Gazeta Médica da Bahia, na condição de representantes da classe médica, fora do âmbito da “verdadeira” ciência. O charlatanismo no periódico aparece como estratégia de legitimação do espaço de um grupo específico, apontado pelos editores do jornal como a classe dos verdadeiros médicos, os únicos realmente habilitados à criação e manutenção de uma literatura médica.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the centrality of dispute between "workers of science" and charlatans, in "Gazeta Medica da Bahia", between the years of 1866 to 1870. This newspaper was created in 1866 by the members of the known group as Escola Tropicalista Baiana, in a context marked by searches by the explanation and combat to the diseases for those that were attributed you of the medical knowledge, in that win place several currents of the medicine. The own notion of what would be medicine was in construction process, under the backdrop of the legitimacy granted by the "scientific" adjective. There was not consensus or even hegemony regarding the cure practices. It is taking into account this context marked by disputes in what concerns to the monopoly of the cure, that won central place the dispute between the "workers of the science" and their nominated enemies as charlatans by doctors of Escola Tropicalista Baiana. The word "charlatan" meant many and several things. It was treated of a concept polissemic that embraced a great number of cases and doctors. The concept adopted in this monograph is of quackery as all the located practices for the editors of the "Gazeta Medica da Bahia", in the representatives' of the medical class condition, out of the extent of the "true" science. The quackery in the newspaper appears as strategy of legitimation of the space of a specific group, pointed for the editors of the newspaper as the true doctors' class, the only ones really qualified to the creation and maintenance of a medical literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo 1 – Impostores que se vendem por eruditos- um silêncio na historiografia	10
Capítulo 2 – Os operários da ciência.....	24
Capítulo 3 – Prodígio de Charlatanismo.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	54

INTRODUÇÃO

Em 10 de Julho de 1866 apareceu o primeiro número da Gazeta Médica da Bahia. Este jornal, criado por um grupo de médicos conhecido por Escola Tropicalista Baiana, justificou a fundação do periódico pela necessidade de se criar, na Bahia, um órgão competente para tratar de uma “literatura médica”. Esta englobaria os assuntos sobre doenças e curas sob o viés da “verdadeira” medicina, tida como científica. Chama atenção, na Gazeta, a centralidade de um tema, ora presente de forma silenciosa e indireta, ora combatido clara e enfaticamente: o charlatanismo. Esta monografia busca entender essa centralidade.

A Escola Tropicalista Baiana foi um grupo de médicos formado na década de 1860 com o objetivo de discutir assuntos clínicos dos trópicos com ênfase na explicação das doenças que perturbavam a população brasileira. Discutiam literatura clínica em geral, principalmente a produzida na Europa, fonte irradiadora de ideias para o Brasil. Os tropicalistas primavam, em suas reuniões, por temas relacionados aos casos mais típicos das doenças tropicais da região em que viviam. Possuíam uma forte ligação com a Faculdade de Medicina da Bahia dado que os principais integrantes eram professores da referida instituição. Apesar desta ligação, os principais locais de análise e estudo do grupo eram o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia e os atendimentos residenciais que realizavam na província baiana.

Os esculápios da Escola Tropicalista Baiana atuavam num contexto onde ainda não havia hegemonia de uma prática de cura em relação a outra e a própria noção do que seria medicina estava em processo de construção, sob o pano de fundo da legitimidade concedida pelo adjetivo “científica”. A tríade homeopatas, alopatas e hidropatas é expressivo exemplo da disputa pelo monopólio da cura. Os primeiros defendiam o combate à doença via princípio do *similia similibus curantur*, ou seja: a cura do semelhante pelo semelhante. Devia-se combater uma doença por meio de pequenas doses no organismo de substâncias que causassem sintomas parecidos com os daquela. A semelhança concederia ao sistema imunológico a capacidade de melhor se preparar para combater versões mais fortes da doença. Os alopatas, em discordância aos homeopatas, defendiam o princípio do *contraria contrariis curantur*, ou seja: a cura por meio do princípio contrário. Devia-se combater uma doença por meio de medicamentos que destruíssem seu princípio causador. Os hidropatas viam nas águas, seja por meio de banhos ou bebidas, a panaceia universal. Todas essas correntes, que davam

origem a subcorrentes diversas, disputavam entre si e apontavam suas práticas curativas como corretas e melhores.

A consolidação de uma medicina científica como a que se pretendia no Brasil do século XIX, marcado pelo ideal principalmente estatal de progresso e civilização via ciência, envolvia conflitos que ultrapassavam o âmbito científico.

A implementação de uma medicina científica envolvia dois problemas principais. O primeiro era a falta de consenso dentro da classe médica, esses “operários da ciência” que atribuíam a si a missão de manter a nação saudável, biológica e moralmente, mantendo-a nos caminhos do progresso e da modernidade, mas não conseguiam chegar a um consenso sobre o modo de cumprir a referida missão. O segundo, que é agravado pelo primeiro, refere-se a existência dos faladores, esses “impostores que se vendem por eruditos” (SILVA, 1789) e, de acordo a Gazeta Médica da Bahia, além de invadirem a jurisdição dos operários da ciência inculcavam no povo ideias incorretas que seriam tanto prejudiciais à saúde da população quanto ao objetivo dos “operários da ciência” de se tornarem detentores do monopólio da cura.

Tendo em vista a disputa acima brevemente delineada, esta monografia atribui centralidade à noção de charlatanismo nos debates médicos do Brasil oitocentista, em particular para o grupo dos Tropicalistas e à sua gazeta. Trata-se de um conceito polissêmico que abarca um grande número de casos e médicos.

Adotarei o conceito de charlatanismo proposto por Gabriela dos Reis Sampaio, em seu livro *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial (2001)*. A autora nos informa que charlatanismo era tudo aquilo considerado pela medicina oficial como práticas de cura não pertencentes ao âmbito científico, jurisdição dos operários da ciência. Entenda-se “oficial” como a medicina reconhecida e adotada pelo Estado Imperial, ao menos no âmbito dos textos das leis, no que concerne à permissão legal para o exercício da profissão médica.

A Gazeta Médica da Bahia aparecia como palco de atuação de uma chamada “literatura médica”, um lugar destinado aos escritos dos “verdadeiros” médicos e da ciência que professavam como verdade. Este lugar para os escritos dos “verdadeiros” médicos nos permite entender o jornal como combate aos indivíduos que não eram os “verdadeiros” cientistas, que nesta monografia serão alocados na categoria de charlatães. Como e porque o

charlatanismo aparecia no periódico editado pelos médicos tropicalistas? Eis a questão que esta monografia busca responder.

Para chegar a possíveis respostas à esta pergunta percorro um caminho dividido em três partes que dão forma a três capítulos. O primeiro capítulo é de discussão historiográfica, onde busco situar a temática do charlatanismo na historiografia sobre medicina brasileira do oitocentos. O segundo capítulo busca, a partir da análise do programa de lançamento da Gazeta Médica da Bahia, compreender os motivos da criação do jornal. Nele ganham lugar as noções centrais de “operários da ciência”, indivíduos pertencentes à uma classe médica, e da imprensa como espaço de posicionamento político do grupo de editores do jornal. O terceiro e último capítulo busca demonstrar quem eram, na concepção da Gazeta Médica da Bahia, os charlatões e de que forma atuavam.

O conceito de charlatanismo ocupa lugar central sobretudo por ser importante para a “literatura médica”, escrita pelos “verdadeiros” doutores. Definir alguém como charlatão faz parte do exercício de legitimação e identidade de uma classe oposta, que se pretende correta e verdadeira- a dos esculápios da Gazeta Médica da Bahia.

CAPÍTULO 1: IMPOSTORES QUE SE VENDEM POR ERUDITOS- UM SILÊNCIO NA HISTORIOGRAFIA

Início meu texto pedindo desculpas ao leitor por não deixá-lo se aventurar por muito tempo na tarefa de tentar descobrir o motivo do título deste capítulo. O explicarei agora. Mas deixo a você, caro leitor, todas as emoções provindas da atividade de verificação da consistência do argumento e construção de críticas quanto ao que aqui escrevo; e desde já agradeço.

Um “impostor que se vende por erudito” é a forma pela qual o dicionário de Antonio de Moraes Silva (1789) define o verbete “charlatão”. Vejamos definições da palavra em três importantes dicionários, incluindo aquela da qual foi retirado o título deste capítulo. De antemão peço desculpas por ter adaptado a grafia¹, tomei a liberdade de achar que facilitaria a leitura:

CHARLATAM. Charlatão. Assim se chamam em várias partes da Europa os vadios, que de cidade em cidade, andam vendendo triaga e outras drogas, e unguentos, e para esse efeito sobem em cima de uma mesa, ou de um tablado nas praças públicas, encarecendo ao povo a virtude dos seus remédios, e porque com o muito charlar, persuadem a gente e muitas vezes a enganam[...] (**BLUTEAU, 1728: 277**)

CHARLATÃOs.m. O falador, impostor que se vende por erudito, e inculca drogas de muito préstimo, e segredos de Medicina, e artes. (**SILVA, 1789: 384**)

CHARLATÃO, s.m. Falador, que quer inculcar erudição, que inculca drogas e segredos de medicina. (**PINTO, 1832**)

A primeira definição, de Bluteau, menciona indivíduos que “persuadem a gente e muitas vezes a enganam”; as outras duas, a de Moraes e a de Pinto, mencionam um “falador que inculca drogas e segredos de medicina”. Inculcam em alguém, obviamente. As três definições trazem em comum a ideia de que o charlatão é o indivíduo que engana o povo, tentando persuadi-lo a acreditar nas virtudes de seus remédios. Se o ato de enganar é tido como incorreto, presume-se que há uma noção de “não correto”, que informa qualquer que seja a definição de ato correto, não enganador. O contraponto do correto é o que os dicionários estão chamando de charlatão- praticantes do charlatanismo.

¹A adaptação da grafia não é um padrão nesta monografia. Excepcionalmente aqui tive de fazê-lo, principalmente nos dois dicionários do século XVIII, que trazem caracteres que eu não conseguiria reproduzir no programa com o qual editei este texto.

O conceito de charlatanismo é fundamental para a compreensão do jornal Gazeta Médica da Bahia e seus editores, os médicos tropicalistas, tendo em vista que o contexto analisado, 1866-1870, é palco de disputas que giram em torno do reconhecimento e legitimação da medicina científica.

A partir da centralidade atribuída à noção de charlatanismo, o objetivo deste capítulo é entender como, e se, esse tema tão importante no debate médico do oitocentos aparece na bibliografia especializada e analisar as razões e sentidos dos comentários e silêncios sobre o referido conceito.

1. O viés foucaultiano e sua influência na historiografia brasileira

Para melhor compreender algumas configurações da medicina brasileira do século XIX e seus diferenciais uma breve retrospectiva com relação às práticas médicas do século XVIII na Europa, principal núcleo irradiador de ideias para o Brasil, faz-se necessária. Para tal, ainda que esta monografia não se defina como de matriz foucaultiana, a recorrência a Foucault em seus livros *História da loucura na idade clássica* e *O nascimento da Clínica* torna-se fundamental, visto que o autor evidencia pontos de ruptura principais que apontam para novas perspectivas para a medicina no século XIX. Além disso, a menção à Foucault neste capítulo é fundamental por ser a matriz foucaultiana uma das importantes matrizes teóricas que informam a produção historiográfica sobre a medicina do século XIX.

Para Foucault, havia um distanciamento entre teoria e prática na medicina do século XVIII. Ele acreditava que o maior problema residia no caráter puramente simbólico das práticas terapêuticas, além da permanência do mito da panaceia, que era a busca pelo medicamento universal.

É nessa ambigüidade que se devem entender os privilégios sucessivos atribuídos durante o século XVIII aos medicamentos “naturais”, isto é, aqueles cujo princípio está oculto na natureza, mas cujos resultados não são visíveis para uma filosofia da natureza: ar, água, éter e eletricidade. Em cada um desses temas terapêuticos, a ideia da panacéia sobrevive, metamorfoseada... mas sempre constituindo um obstáculo à procura do medicamento específico, do efeito localizado em relação direta com o sintoma particular ou caso singular. O mundo da cura, no século XVIII, permanece em grande parte nesse espaço da generalidade abstrata.” (FOUCAULT, 1991:300)

Além dessa “generalidade abstrata”, em que o medicamento não levava em conta o caso específico, Foucault aponta outra forma de cura tão perigosa quanto esta: o uso de

medicamentos para curar sintomas, e não doenças. Desse modo, a substância médica utilizada era escolhida tendo-se em vista um sintoma. Sempre que se averiguasse a presença deste, a mesma substância seria usada, desprezando-se completamente a possibilidade de diferentes doenças possuírem sintomas semelhantes. Aqui cabe perceber que provavelmente essa utilização mecânica de medicamentos gerou uma forte descrença da sociedade nas instituições médicas oficiais, visto que a generalidade abstrata não conhecia bem e tampouco curava, efetivamente, as doenças. É nesse contexto que surgem escolas opositoras como o ceticismo, que ao renegar a forma clássica de tratamento, propõe outras formas, que não as consideradas oficiais, de produção e uso dos medicamentos.

Foucault aponta, ainda, outras novidades surgidas no final do século XVIII, que em grande medida contribuíram para as inovações do século seguinte. Entre elas destacam-se o surgimento da fisiologia como ramo autônomo e a mudança de mentalidade em relação aos hospitais, encarados não mais como lugar de transição entre a vida e a morte, como centros para abrigar indivíduos perigosos à sociedade. A nova função assumida pelos hospitais era a de restituição da saúde, o que colaborava para a ascensão de uma medicina clínica.

Em *O Nascimento da Clínica* são perceptíveis ideias de uma “medicina do espaço social” e do “medico como autoridade administrativa fundada na competência de seu saber” (MACHADO, 2011). Estas nos auxiliam a compreender que a medicina era um espaço de disputas, num momento de transformação em relação a práticas passadas e busca de legitimidade da profissão médica em seu novo formato, o científico.

O que as obras referências de Foucault sobre o campo médico nos parecem deixar escapar é que a figura do médico como “autoridade política fundada na competência de seu saber” (MACHADO, 2011) dependia das autoridades de outros saberes, dos que não eram médicos. Foucault nos fala de uma medicina do espaço social mas preconiza as explicações apenas dos saberes dos médicos. Deixa passar, e provavelmente o faz propositalmente, em nome de sua escolha metodológica, que num momento de disputas e busca por autoridade e legitimação do novo tipo de medicina, esses saberes enfrentam a legitimidade de práticas de cura anteriores e diversas, não científicas. O procedimento foucaultiano, que preconiza o discurso de legitimação da medicina pela via única da ciência, define um lugar secundário às práticas de cura tradicionais a ponto de não tocar no assunto de forma direta. Foucault expõe apenas um dos lados da moeda, ignorando que os doentes nem sempre recorriam à

[questionável] autoridade dos médicos. Foucault parece tratar o discurso médico como algo homogêneo, apagando desse modo os conflitos do próprio campo.

A perspectiva foucaultiana deu ensejo a correntes de pensamento que inauguraram, no Brasil, uma nova tradição analítica que tem por foco as relações de poder. Aqui a medicina estava diretamente ligada a ideologias de fortalecimento do controle estatal - em processo de consolidação ao longo do século XIX -, sobre a sociedade- que tinha de ser disciplinada. O discurso médico, generalizado, estaria servindo à estrutura social vigente e a construção das relações de dominação social.

Exemplos da historiografia brasileira de matriz foucaultiana são *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil (1978)*, de autoria de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy e; *Ordem Médica e Norma Familiar (1979)*, de autoria de Jurandir Freire Costa. Na primeira, Machado (et al) buscam explicar o surgimento das instituições psiquiátricas definindo as relações entre saberes médicos e práticas políticas da sociedade como uma relação que tinha por fim organizar e exercer papel “na disciplinarização da população urbana do Império” (EDLER, 1998:174). Trata-se do apoio dos detentores dos saberes médico-científicos ao exercício do poder do Estado. Os detentores desses tipos de saberes, ou seja os médicos, estariam exercendo o papel político de manter a organização da sociedade, livrando-a dos indivíduos incapazes de contribuir produtivamente. A obra de Costa debruça-se sobre a análise da relação entre médicos higienistas a mando do Estado e família burguesa brasileira. Para Costa, 1808 seria o início de um caminho de normalização, ditada pela autoridade dos saberes médicos, da família patriarcal colonial. Tais saberes médicos atuariam *pari passu* com as demandas de desenvolvimento urbano e construção da nação, com ênfase no poder do Estado. Nas palavras de Flavio Coelho Edler:

(...)Neste trabalho os médicos higienistas procuraram modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social do núcleo familiar com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político. Pouco a pouco "o confessor e o filho-padre foramsendo substituídos por essa figura carinhosa e firme, doce e tirânica do médico-de-família"...(COSTA, 1979:77, APUD EDLER).

Assim, para Costa, os saberes médicos enquanto normas foram instrumentos de transformação da estrutura familiar colonial.

Tanto a obra de Machado (et al) quanto a de Costa destacam a figura do médico com função político-social de controle sanitário e moral da sociedade, o que compactua com boa parte das obras que serão mencionadas neste capítulo e, de certa forma, com o tema central desta monografia. Entretanto ambos preconizam a relação direta e quase unilateral entre saber médico e poder do Estado, no sentido de que o primeiro estaria regido por e ao mesmo tempo legitimaria o segundo. A crítica às duas obras e a correntes foucaultianas de um modo geral, é a excessiva presença de generalização e homogeneização do discurso. A historiografia de matriz foucaultiana por vezes nos transmite a sensação de que havia um só discurso médico, coeso, não heterogêneo. Assim, a relação entre discurso médico e poder do Estado é tratada sem a problematização do primeiro elemento. E quanto aos saberes não médicos, populares? Não ganham lugar explícito nas obras de caráter foucaultino e se aparecem, são apassivados. É como se o discurso médico não enfrentasse resistências.

Em face do exposto é possível voltar à questão do capítulo, que é a presença ou ausência do conceito de charlatanismo na historiografia sobre o tema. Tal noção nem mesmo aparece como tema para Foucault e seus seguidores no Brasil. Atribui-se tal fato à já referida generalização do discurso de legitimação da medicina unicamente pela via da ciência.

2. Um pouco sobre medicina brasileira do século XIX

Na literatura brasileira em História das Ciências relativa ao século XIX, os saberes, práticas, instituições, valores e personalidades do mundo médico ocupam um lugar privilegiado. Tal fato explica-se, em parte, pelo alto grau de institucionalidade logrado pela medicina acadêmica quando comparada a outros ramos científicos da época. Neste sentido, a situação brasileira harmoniza-se com a trajetória típica dos países de passado colonial, onde os médicos costumam formar o primeiro grupo profissional a dominar um sistema perito de base científica. (EDLER, 1998:169)

O trecho de Flavio Coelho Edler bem elucida um dos principais aspectos de importância da medicina para o século XIX. A tal aspecto acrescento mais um: o que parte da premissa de que são as doenças um grave problema social ao afetarem diretamente as esferas políticas, econômicas e socioculturais. Esta definição sobre as doenças justifica a tarefa de investigar significados dos debates médicos do Brasil da segunda metade do século XIX, visando, inclusive, encontrar conexões entre tais debates e questões sociopolíticas vigentes no período, com ênfase na ideia da construção do Brasil como nação reconhecidamente desenvolvida. Acredito que a consolidação de uma medicina científica como a que se pretendia no Brasil do século XIX, marcado pelo ideal principalmente estatal de progresso e civilização via ciência, envolvia disputas que ultrapassavam o âmbito científico.

O reconhecimento de uma medicina científica implicava no reconhecimento de seu oposto – um tipo de “medicina não-científica”. É como se a medicina científica inventasse essa qualidade de não científica para as demais práticas de cura, fazendo dela o referencial mais importante. Sobretudo quando se pensa no objetivo político de consolidação de uma nação independente, civilizada e progressista, o binômio “medicina científica X medicina não científica” também pode ser denominado “medicina científica oficial X medicina-não-científica-nem-oficial”. Entenda-se “oficial” como a medicina reconhecida e adotada pelo Estado Imperial, ao menos no âmbito dos textos das leis, em termos de permissão para o exercício da profissão médica. Em boa parte da produção historiográfica brasileira percebe-se essa lógica dual. Exemplo disso é encontrado na *Enciclopédia Geral da Medicina* escrita por Santos Filho em 1991. O segundo volume, que se refere a medicina no século XIX, é nomeado de “Medicina **pré-científica**”. Tal período pré-científico englobaria quase todo o século XIX (de 1808 até a década de 90 do oitocentos), sendo superado somente após as reformas sanitárias, apoiadas pelo governo republicano e guiadas por Oswaldo Cruz. Particularmente questiono o conceito de pré-científico, sobretudo quando ao trabalhar com um jornal médico de 1860 encontro conceitos que me parecem muito bem formulados e adequados aos ideais de ciência (que envolve experimentação em laboratório e rejeição a práticas de cura não científicas) da época. Este exemplo, contudo, ajuda na compreensão de ideias que informaram parte da historiografia, separando as práticas médicas científicas das não consideradas científicas. Esta separação refletia o marco diferencial entre um Brasil atrasado e um Brasil moderno, em pleno progresso. É provável que a categorização de Santos Filho de uma medicina pré-científica no Império e científica na República, reflita tentativas de legitimidade sociopolítica do novo regime.

É necessário enfatizar que falar em uma medicina científica, oficial, não significa romper, de uma só vez, os laços com outras formas de cura. As leis oficiais, culturalmente submissas aos costumes, tendem a ser mais rapidamente eficazes no papel do que na vida prática. Como já foi dito, a própria noção do que era medicina encontrava-se em processo de construção no período analisado. Trata-se de um momento que envolve diferentes explicações e posicionamentos sobre o futuro da nação, que para ser desenvolvida deveria ser também saudável. É na busca pela explicação e combate às doenças por aqueles que se atribuíam os senhores do saber médico que ganham lugar as diversas correntes da medicina do período. São as chamadas “escolas”. Cada uma destas tinha uma forma de explicar e contribuir para o combate às doenças, conseqüentemente ao avanço das ciências médicas e, em última

instância, ao desenvolvimento científico do país, num momento onde a medicina era ainda um campo mais cercado de dúvidas do que de certezas.

Estamos falando de um contexto de transformações, em que o país deixa de ser colônia e se torna império, e a partir de 1822, império independente (peço aos leitores que me perdoem o rapapé neste parêntese, mas realmente me pergunto se há século que nos permita maiores aventuras e surpresas do que um três-em-um, que abrange colônia, império e república?!), onde científico e político caminham lado a lado. Já foi dito que não havia um consenso a respeito do que era medicina. O que existia eram várias definições e sugestões de projeto para o exercício e organização do campo médico.

Ponto de referência intelectual ao Brasil era a Europa. De lá provinham teorias até então predominantes nas instituições oficiais quanto a etiologia das doenças do povo brasileiro. Tais teorias trazendo em comum explicações embasadas em determinismos racial e climático (REBELO, 2007). Com o surgimento das escolas, no Brasil, ganham lugar outras explicações (SCHWARCZ, 1993).

Antônio Caldas Coni escreve, em 1952, o livro *Escola Tropicalista Bahiana*. O livro de Coni, único de autoria nacional a tratar especificamente da Escola Tropicalista Baiana, faz um tipo de histórico da trajetória da referida escola preconizando o que chama de tríade fundadora do grupo: Otto Wucherer, John Paterson e Silva Lima, trazendo informações sobre suas principais contribuições à medicina nacional. Coni atribui à referida escola a função de questionadora de uma medicina oficial embasada em ideologias retrogradadas por vezes evidenciadas na figura da Faculdade de Medicina da Bahia e aponta como fundamental as contribuições dos três médicos para o avanço do campo médico nacional, com ênfase nos estudos de microbiologia. Coni aponta, ainda, a rejeição inicialmente sofrida pela Escola Tropicalista Baiana no âmbito da referida instituição oficial – Faculdade de Medicina da Bahia-, que tendia a resistir e as vezes atrapalhava o caminho do avanço trazido pelo método experimental. Ainda que não seja o objetivo central de Coni, seus argumentos nos permitem perceber certo questionamento quanto ao monopólio da Academia no que concerne a diversas formulações, que variam desde ensino médico à legislação sobre medicina. O autor enfatiza o papel dos tropicalistas no combate à tal monopólio a partir de seus experimentos fora da função de professores da Faculdade de Medicina da Bahia. Além disso, nos informa sobre a chamada medicina experimental- um novo formato que questionaria as explicações europeias quanto a causa das doenças no Brasil e clamaria pela preconização das explicações nacionais

para as doenças nacionais a partir de novos (e por vezes esses novos já não eram novidade na Europa) métodos de experimentação.

Ainda que a leitura de Coni seja deveras contributiva no que concerne à compreensão da atuação dos médicos tropicalistas da Bahia, o trabalho parece ter por intuito principal enaltecer a escola que dá título ao seu livro, sob a ótica da preconização bibliográfica. O problema é que dos muitos médicos que fundaram o jornal (GMB, 1927:4), Coni destaca apenas três.

Num sentido semelhante ao de Coni, temos o trabalho de J.G. Peard, *The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869*, escrito em 1990. O foco do livro é demonstrar um tipo de originalidade própria ao grupo tropicalista que confronta definições de etiologia das doenças tropicais brasileiras com definições europeias sobre medicina tropical. Peard argumenta que apesar dos esforços voltados à definição de uma etiologia nacional, o Brasil muito bebia das teorias europeias, adaptando-as ao contexto brasileiro. Ainda que o trabalho de Peard acabe tomando por autoridade inquestionável o livro de Coni- o que pode ser explicado sobretudo por este ser o único livro de autoria nacional sobre a Escola Tropicalista Baiana-, vale ressaltar os esforços da autora em buscar enfatizar a relação entre fatos biológicos descobertos por médicos da Escola Tropicalista Baiana e construção social das ideias sobre medicina nacional.

Nas obras listadas até aqui observou-se certa preconização da ideia de uma medicina científica, experimental, que envolvia observação e empiria. Deve-se entender que a noção do que seria uma “medicina científica” estava longe de estar bem e consensualmente definida, o que fica evidente, por exemplo, nas diferentes concepções sobre a medicina exercida no século XIX ser científica ou não que aparece em Santos Filho e em Coni e Peard.

Os exercícios de explicação e demarcação cronológica que foram feitos pelos autores até aqui mencionados referem-se a valorosos esforços para melhor compreender um passado médico e explicar a trajetória dessa “classe”, seus representantes, sua organização institucional, o ensino da profissão, mas são dotados do perigo trazido pelas generalizações: O reducionismo dos saberes em Foucault; As nove décadas categorizadas por Santos Filho; A preconização da tríade fundadora em Coni, sendo que a Escola Tropicalista Baiana era um grupo bem maior; A compra da verdade de Coni por Peard. Estas justificam-se sobretudo pela perspectiva evolucionista, no sentido de explicar o caminho trilhado e evidenciar avanços, dos primeiros estudos sobre medicina oitocentista que nos restam como fontes.

Pensando no argumento de uma medicina científica em construção, cabe mencionar a obra de Lilia Moritz Schwarcz.

A antropóloga faz em seu livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870- 1930*, uma história das instituições de ciência no Brasil do século XIX. Seu objetivo é entender o debate racial brasileiro, os sentidos e a produção da noção de raça, uma noção ligada naquele momento ao futuro do país. A importância da ciência como promotora do futuro da nação, bem como consequências influenciadas por esta nas esferas sociocultural, política e econômica são enfatizadas. Fala-se de um contexto em que novos ideários, cientificistas, infestam a esfera mundial e o Brasil estava no centro de um processo de circularidade de ideias (provindas sobretudo da Europa) enquanto enfrentava o desafio de definição de uma identidade própria. Em torno do objetivo de explicar o problema social “raças” e suas degenerações as explicações eram diversas e a autora elenca as escolas do Rio de Janeiro e da Bahia, para exemplificar a multiplicidade de explicações. Ainda que Schwarcz exponha pontos importantes como a relevância da imprensa médica no Brasil no que se refere à circulação de ideias e exposição de debates sobre medicina e a multiplicidade de explicações entre os representantes da medicina científica, cabe perceber que a ênfase é dada a disputas internas dentro da chamada medicina científica- conceito não uno, tampouco consensual. Outra vez, as práticas de cura fora do âmbito científico parecem secundarizadas.

As obras analisadas acima evidenciam ora o surgimento de novos procedimentos embasados na experimentação para legitimar a medicina científica, ora a divisão entre períodos científicos e pré-científicos. Entretanto o fazem sem mencionar as práticas de cura não científicas. Os autores falam em um campo médico, experimental e científico que vem ganhando lugar. Falam também em diferentes noções de ciência. Contudo acabam não tocando no assunto da disputa entre os médicos e os faladores, charlatães. As práticas de cura populares são secundarizadas, quase que silenciadas. As disputas parecem restritas ao campo das diferentes noções de medicina científica, apenas no âmbito institucional.

Grande parte das produções sobre medicina no oitocentos foi escrita por esculápios e profissionais auxiliares- boticários, fármacos-, que buscavam a consolidação e legitimação de suas profissões. Como afirma Edler:

Os estudos pioneiros sobre a medicina oitocentista foram escritos quase exclusivamente por médicos voltados para o passado de sua profissão com a perspectiva de estabelecer uma certa memória que conduzia inexoravelmente à celebração da medicina vigente. Nestes estudos, fatos, personagens, e instituições do passado encontram-se articulados em narrativas que buscam estabelecer um

contraste com crenças e valores corroborados pela prática médica vigente, traduzindo uma concepção evolucionista das ciências médicas. (EDLER, 1998:170)

Logo, a produção da época, constituída sobretudo de manuais de medicina e farmácia, e de artigos majoritariamente publicados na imprensa, voltava-se à organização de uma medicina que buscava se tornar legítima e se inserir no âmbito científico, em contraponto a praticas alternativas, ou seja, não guiadas pelo ideal de ciência. Essa precariedade de fontes com vieses que não buscassem uma “história puramente intelectual da medicina brasileira” (EDLER, 1998), contribuíram para a produção de uma historiografia nacional dotada de generalizações e enfoque pouco diversificado.

Entretanto, estudos recentes revelam que “Surgiu (...) toda uma literatura que apostou no maior controle das hipóteses históricas construídas a partir de recortes temáticos menos abrangentes.” (EDLER, 1998:176). Nesse sentido, a historiografia mais recente sobre o tema dos debates médicos tem tido algum êxito no que concerne à diversificação de questões e abrangência de possibilidades de pesquisa sobre medicina no Brasil Império. Alguns exemplos serão listados agora.

Pensando no binômio medicina científica e medicina não científica cabe mencionar a obra organizada por Sidney Chalhoub e Gabriela dos Reis Sampaio- *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*(2003). Os capítulos desta obra coletiva nos informam sobre práticas curativas no país, desde as formas de cura utilizadas pelos pajés e curandeiros à institucionalização de hospitais e outros estabelecimentos de combate à doença, considerados oficiais e mais próximos das autoridades. A obra nos mostra que no que concerne à relação doença e cura há uma série de concomitâncias, rupturas e continuidades dos diferentes métodos de reestabelecimento da saúde e cuidados com o corpo e a mente. Os diversos métodos envolvem diferentes implicações sociais. Lição principal a ser tirada da leitura da referida obra é a permanência na longa duração de práticas alternativas de cura. São alternativas em contraponto à chamada medicina científica, que buscava-se consolidar e tornar-se a medicina mais predominante, mais reconhecida.

Sidney Chalhoub é também autor de outro livro que merece destaque: *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*(1996). Dentre as diversas significações sociais da tentativa de implementação de uma medicina científica apoiada pelo Estado expostas na obra, o argumento central volta-se para a questão da derrubada dos cortiços, que evocava diretamente a relação entre Estado e população no que se refere à manutenção de um Rio de

Janeiro limpo e civilizado, evidenciando pontos de tensão, que perduram por considerável tempo, entre a missão sanitária do governo imperial na construção de uma nação mais civilizada e livre dos cortiços feios e propagadores de doenças, e demandas sociais que apontavam no sentido de uma resistência à tal missão em nome de insatisfações diversas com as autoridades do período. O autor enfatiza, ainda, a relação entre a febre amarela e a substituição da mão-de-obra escrava e progresso da nação, além de nos presentear com um capítulo que versa sobre resistência, principalmente dos negros, à vacina contra a varíola. Tal resistência explicada por raízes culturais negras de concepção da moléstia que eram diferentes da concepção oficial, higienista, do governo imperial sobre a doença, suas causas e formas de tratamento. Grosso modo os resistentes possuíam uma noção daquele mal- a varíola,- informada por crenças religiosas, no sentido de que aquela anormalidade corpórea estaria ligada a mensagens dos deuses e ritos de passagem que definiriam pessoas escolhidas para algum tipo de missão especial. A doença era ainda interpretada, por vezes, como algum tipo de provação ou castigo. Tais percepções mostram-se incompatíveis com a definição da medicina científica oficial que via na varíola um mal a ser combatido em nome da saúde da nação, sem levar em consideração as percepções culturais dos resistentes. Assumindo certa brevidade proposital em minha descrição, enfatizo meu objetivo de evidenciar que a obra de Chalhoub nos permite perceber a resistência contra essa medicina científica ligada aos projetos de higienização da nação encabeçados pelo Estado.

Se utilizando de objetos diferentes, porém relacionados, tanto em termos de proximidade temporal quanto em termos de problematização, estes livros nos permitem dar corpo a algumas questões importantes, por exemplo: Relação entre Governo Imperial e assistência à população, em termos de políticas públicas de saúde; Como as escolas aclamavam para si um papel político no que concerne à consolidação do Brasil enquanto nação cientificamente desenvolvida; A relação entre desenvolvimento científico e desenvolvimento político; As resistências enfrentadas para implantação do que se pretendia chamar de medicina científica. De um modo geral, os debates apontavam para uma medicina que buscava-se consolidar enquanto legítima e vinculada ao Estado Imperial para que fosse considerada oficial. Medicina oficial que exigiria maior participação e apoio estatal, sobretudo no que concerne às políticas públicas de prevenção. Medicina oficial que enfrentaria resistências diversas que podem ser reflexo de outros tipos de insatisfação social. Entretanto, da leitura das obras mencionadas foi constatado certo silêncio no que concerne ao outro lado da disputa. A ideia de uma medicina oficial em detrimento do exercício de outras práticas

curativas foi secundarizada ou silenciada. O conceito de charlatanismo quase não aparece e quando aparece não é detalhado, aprofundado.

No início deste capítulo encontramos algumas definições de *charlatão*. Mas cabe mencionar que durante toda esta monografia adotarei a noção de charlatanismo trabalhada por Gabriela dos Reis Sampaio no livro *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial (2001)*. A autora nos informa que charlatanismo era tudo aquilo considerado pela medicina oficial como práticas de cura não pertencentes ao âmbito científico e/ou práticas que incorram em erros prejudiciais ao tratamento da saúde. Estes geralmente ocorrendo devido à ausência de embasamento científico e/ou por conta da escolha de procedimentos inadequados. Este não pertencimento ao âmbito científico se referia a indivíduos que exerciam práticas não científicas, de identificação das moléstias e indicação de tratamentos, indivíduos geralmente não diplomados e sem qualquer contato com a formação científica mas que contavam com grande aprovação popular. Já foi dito algo sobre a supremacia dos costumes em relação às leis ou imposições oficiais como um todo. Pois bem, crédito a referida aprovação popular principalmente ao fato de que antes do século XIX e a chegada das instituições de medicina ao Brasil, as artes de curar eram praticadas sobretudo por essas classes alternativas que englobavam parteiras, barbeiros, sangradores, curandeiros e outros não diplomados por alguma instituição oficial.

Os médicos, portanto, viam a necessidade de agir, protestar, exigir providências das autoridades, usando as armas que tivessem para não naufragar nesse mar de medicinas – e conseguir estabelecer sua prática como hegemônica. Por isso, foi necessário criar essa abrangente categoria, o charlatão, denominação que englobava as mais diferentes atividades [...] Assim, os médicos usavam o título de charlatão para assinalar em todos os seus “outros” uma mesma visão negativa. (SAMPAIO, 2001: 53)

Cabe mencionar, ainda, que Sampaio nos expõe uma noção ampla de charlatanismo que inclui, além dos indivíduos não versados nas ciências médicas, médicos que, diplomados, insistem em ir contra os princípios corretos da ciência (e definir o que é certo é um debate infundável no oitocentos!).

O livro de Gabriela dos Reis Sampaio, talvez o mais importante livro-base para construção dos argumentos presentes nesta monografia, faz parte do exercício de compreensão da consolidação da medicina brasileira do oitocentos pensando num outro tipo de visão que não só a dos oficiais da medicina.

As contribuições de Gabriela dos Reis Sampaio ampliam a discussão sobre significados sociais da medicina do Brasil Império. A autora desnaturaliza noções de medicina científica e classe médica como coisas coesas, unas, a partir da exposição de conflitos entre médicos diplomados que enfraqueciam sua estabilidade para definirem-se como uma classe organizada e merecedora de confiança (o que se tornava mais difícil quando os que se diziam representantes da medicina científica não conseguiam chegar a um consenso nem entre si!). A autora nos mostra a relevância da imprensa como palco dos debates e embates médicos do período e, dentre outros argumentos importantíssimos, desmitifica a ideia costumeiramente comprada em boa parte da historiografia, que não costuma citar nosso verbete chave do argumento, de que charlatães eram apenas o curandeiro, a parteira, as pessoas não diplomadas de um modo geral. No livro aparece o argumento de que quando as disputas médicas se intensificavam no interior da própria classe médica, apareciam as acusações contra os charlatães diplomados – indivíduos que tinham permissão para exercer as ciências médicas mas o faziam de maneira considerada incorreta pelo par acusador. Conflitos desse tipo concedem ao rótulo de “charlatão” a função de elemento criador de identidade, no sentido de se definir, em seu contraponto, uma medicina científica legítima, honesta, correta, que faz o bem em nome de uma missão maior- a de manter a nação saudável e limpa. Identificar os representantes da medicina não oficial como charlatães era a forma de busca de identidade e legitimação à medicina científica, em processo de construção, de seu lugar de autoridade máxima.

Da historiografia trabalhada neste capítulo, ainda que a palavra charlatão não seja diretamente citada, com exceção do livro *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*, em que a palavra aparece algumas vezes, e o livro de Gabriela Sampaio em que a palavra informa todo o conteúdo da obra-, é possível captarmos nas entrelinhas as referências quanto a ideia de charlatanismo quando pensamos no processo de construção de uma medicina oficial em detrimento de práticas não científicas de reestabelecimento da saúde, na disputa pelo monopólio da cura, na tentativa de afirmação de uma classe médica científica a partir da negação do direito de exercícios de práticas de cura por setores que não estejam ligados aos ideais de ciência, apoiados pelo Estado, em nome do ideal de nação civilizada e moderna. Nos livros de Foucault essa questão não aparece se não fizermos um grande esforço elucubrativo de correlação. Os de Coni, Peard e Santos Filho encontram-se mais voltados à preconização de periodizações e inovações da medicina científica. O livro de Schwarcz é muito bem sucedido ao elucidar as disputas internas dentro das instituições oficiais para a definição do

que seria uma medicina correta, científica. No livro de Chalhoub é deveras perceptível e são mais bem sucedidas as tentativas de evidenciar consequências sociais do estabelecimento de uma medicina científica- que enfrentara sim resistência popular e teve de disputar o espaço do monopólio da cura numa árdua batalha. Entretanto, a noção de charlatanismo só vem a aparecer especificada, como problema central para compreensão da tal medicina oficial, no livro de Gabriela Sampaio dos Reis.

Além da bibliografia comentada, uma série de artigos (e aqui merecem louvável destaque os trabalhos de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz) vem sendo produzidos nas últimas duas décadas, em contribuição ao esforço de melhor estudar as configurações da (s) medicina (s) no Brasil Império. Espera-se que esta monografia possa prestar contribuição tanto ao aumento do número de estudos, até então relativamente parco- apenas dois livros específicos-, sobre a Gazeta Médica da Bahia e seu grupo fundador, quanto à ampliação da abrangência das possibilidades de pesquisa.

Porque num debate tão importante como o de legitimação da medicina científica, no XIX, a noção/conceito de charlatanismo quase não aparece em maioria da bibliografia sobre o tema? Principalmente devido a nossas fontes majoritariamente escritas por esculápios e profissionais auxiliares- boticários, fármacos-, que buscavam a consolidação e legitimação de suas profissões num momento onde havia uma medicina que buscava se tornar legítima e para tal inserir-se no âmbito do científico, em contraponto a práticas não guiadas pelo ideal de ciência. Suspeita-se que a historiografia tenha, durante muito tempo, naturalizado a noção de “outras práticas”, em detrimento da definição do que era a medicina científica e suas consequências em âmbito institucional. O pecado estava em acabar secundarizando a alteridade das práticas de cura e sua participação direta em tal processo. Quem eram esses outros, que não os médicos cientistas, que tanto davam trabalho e qual a estratégia dos primeiros para combater os segundos? Diversas, dentre elas a invenção do conceito de charlatão, que tantas questões evidenciava. Principalmente desde 1990 nos encontramos num caminho de redenção, ainda bem.

CAPÍTULO 2: OS OPERÁRIOS DA CIÊNCIA

1. A Gazeta Médica da Bahia

Em 10 de Julho de 1866 era lançada a primeira edição da Gazeta Médica da Bahia. De periodicidade mensal, foi o resultado de conversas informais, que ganharam a forma de congregações quinzenais realizadas na casa do Dr. Paterson (SCHWARCZ, 1993), organizadas por um grupo de médicos, de nacionalidades diversas, que residiam na província da Bahia. Estes esculápios integravam o grupo que a posteriori ficaria conhecido como Escola Tropicalista Baiana. Os principais membros do grupo eram os professores da Faculdade de Medicina da Bahia Otto Wucherer, Silva Lima, Antônio José Alves, Pacífico Pereira, Maia Bittencourt, Silva Araújo e Américo Marques (GMB, 1927:4).

O jornal era publicado duas vezes ao mês: de Julho de 1866 a Dezembro de 1867, período em que o jornal encontra-se sob a direção de Virgílio Clímaco Damásio², nos dias 10 e 25. De Janeiro de 1868, mês em que Antônio Pacífico Pereira³ assume a direção do jornal, a Dezembro de 1870, nos dias 15 e 30 ou 31. Cada número possui em média 12 páginas. Todas as edições apresentam um sumário no qual há indicação das sessões temáticas presentes em cada edição. Tais sessões temáticas⁴ variam ao longo dos anos, trazendo desde notícias sobre as principais moléstias que afetavam o Brasil e os demais países, com ênfase nos da Europa, a

²Itaparica, 21 de janeiro de 1838 — Salvador, 21 de novembro de 1913, médico e político brasileiro que foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Na Faculdade de Medicina da Bahia foi opositor, por concurso, da Seção de Ciências Acessórias (1862), lente, por concurso, de Química e Mineralogia (1876). Em 1882 requereu, e obteve, sua transferência para a cadeira de Medicina Legal. In: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/02/309-virgilio-climaco-damasio.html>>. Acesso em Dezembro de 2015.

³Na Faculdade de Medicina da Bahia foi opositor, por concurso, da seção cirúrgica (1871-1876), lente substituto de ciências cirúrgicas (1876), lente catedrático de anatomia geral e patológica (1882), interino da 2ª cadeira de clínica cirúrgica (1882), lente de histologia teórica e prática (1883), diretor interino (1883) e diretor (1895-dezembro de 1897). In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.

⁴São temas frequentes: Informações sobre observações de casos de moléstias e tratamentos ou ainda a indicação de tipos de moléstias existentes e/ou mais frequentes e recomendações sobre formas de cura; Transcrição e/ou comentários de informes publicados em gazetas estrangeiras, com ênfase nas de Lisboa, dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra e da Alemanha, e também de gazetas nacionais.; Relatórios sobre as condições de higiene na província da Bahia e em outras províncias e na Corte; Notícias sobre legislação da profissão médica e regulamento interno da Faculdade de Medicina da Bahia; Condecorações concedidas a esculápios; Notícias sobre o ensino da medicina; Correspondência entre os esculápios e gazetas das províncias do Brasil e/ou entre doutores brasileiros e estrangeiros; Receituários; Relatórios da atuação médica em guerras; Obituários, que além de informar a causa da morte traziam informações sobre raça, cor, condição, local da morte e sexo; Críticas ao Governo Imperial; Críticas a métodos de cura; Críticas à ética de algumas indústrias e de alguns indivíduos; Indicações de opúsculos, dentre outros temas diversos.

receituários e publicações de trabalhos originais e artigos extraídos de outras gazetas, nacionais ou estrangeiras, sobre assuntos variados.

Quanto ao preço do jornal, o número avulso custava 500 rs, para província os preços anual, semestral e trimestral eram, respectivamente: 8\$000, 5\$000 e 3\$000, para fora da província: 10\$000, 6\$000 e 4\$000. Podemos afirmar serem os preços e a periodicidade particularidades do jornal, tendo em vista que grande parte dos periódicos de circulação corrente na província baiana eram publicados semanalmente e a custos mais baratos, a exemplo dos jornais *A Grinalda* e *O Trovão*, que custavam, respectivamente 200rs e 120 rs o número avulso. A partir de 1868 informações sobre preços desaparecem da Gazeta Médica da Bahia. Antes estas apareciam na última página de cada número. Talvez a principal particularidade fosse seu público-alvo: os editores apontavam o jornal como dirigido aos “operários das ciências”, mais especificamente às médicas. (GMB, 1866:1-2).

Quem eram esses operários das ciências médicas e como o jornal se posicionava frente aqueles que não eram considerados operários de tais ciências? Tal questão informa as reflexões que se seguem e nos ajuda a responder a pergunta central deste capítulo que é: Porque a Gazeta Médica da Bahia foi criada?

2. O lançamento da Gazeta Médica da Bahia e a missão dos operários da ciência

Aqui será analisada a íntegra do programa de objetivos do lançamento da Gazeta Médica da Bahia, publicado em sua primeira edição, datada de 10/07/1866. A transcrição na íntegra é feita por se tratar de um bom recurso metodológico de aproximação entre leitor e periódico, mas sobretudo por esse texto de apresentação reunir elementos suficientes para sustentar o argumento deste capítulo: de que a Gazeta Médica da Bahia é elemento de busca por maior unidade de uma pretendida classe médica no Brasil oitocentista. Tal classe médica buscava legitimidade, se tornar oficial. Com esse propósito procurou construir sua própria imagem em oposição a “charlatanices”, aqui tidas como práticas de cura situadas fora do âmbito da “verdadeira” ciência. Tais práticas tanto quanto silenciadas pelo periódico, em nome da preconização da atividade dos operários da ciência. A intenção do capítulo, portanto, é analisar o artigo programa para entender como o jornal buscava legitimar a criação de uma

gazeta médica, e com isso seus legítimos representantes, os médicos. A necessidade mesma de buscar explicar a criação do jornal é indício forte de um campo em formação, onde os esculápios disputavam com outras definições sobre doenças e curas. Importantes oponentes dos operários da ciência eram os charlatães, pouco nomeados no jornal, mas muito presentes. A partir da análise, busca-se localizar esse inimigo, quase que silenciosamente combatido: o charlatanismo.

“A historia da imprensa litteraria da Bahia é mui pouco animadora para aquelles que, cedendo a tentação de escrever para o publico, se aventuram ainda pelas veredas do jornalismo, arriscando-se a engrossar o já crescido numero das tentativas malogradas. **A imprensa medica principalmente, essa, podemos-lo dizer sem receio de contradicção, ainda está por nascer**, apesar de mais de um esforço nobre e generoso, sem duvida, porem mal sucedido, para lhe assegurar uma existência positiva e duradoura. Por duas ou trez vezes, n’esta província, se ensaiou a publicação de um periodico, exclusivamente consagrado as sciencias medicas, sob os auspícios, e com a colaboração, de sociedades organizadas para esse fim; uma d’ellas chegou a dar a luz o primeiro numero de uma publicação mensal; outras nem isso conseguiram; abandonaram a ideia em projecto, e também desapareceram com ella sem que ficassem vestígios, sequer, de sua existencia. Porque? **Seria cedo ainda então, sel-o-há ainda agora, para inaugurar o trabalho scientifico e litterarioda profissão medica entre nos?** Estaremos condemnados a uma perpetua inercia, limitando-nos, quando muito, a admirar os que trabalham e a invejar-lhes a gloria de levarem o seu tributo intellectual para a grande obra do melhoramento das condições phisicas e moraes do homem , pelo conhecimento da sua natureza, das suas necessidades, das suas dôres, dos seus vícios, das suas paixões e das suas miséria n’esse breve transitio, a que se chama vida humana? Cremos que não. Não era cedo então, e ainda o é menos agora, para nos convenceremos de **que todos os operarios da sciencia téem obrigação de acrescentar o patrimônio comum na medida de suas forças e de seus talentos, e de transmitill-o as gerações porvir mais rico do que o herdaram de seus antepassados. Sem isso fora impossível o progresso;** nem a medicina houvera sahido nunca do cahos, em que jazeu por muitos seculos, e a luz de tantos e tão fecundos ingenhos lhe não tivesse alumiado o caminho, e alargado os horizontes[...] (Grifos meus)

Nesta primeira parte da análise, ponto a ser notado é a afirmação da ocorrência de tentativas malogradas de sucesso de periódicos de uma chamada imprensa médica, que a partir da leitura da fonte, entende-se como a imprensa voltada exclusivamente às ciências médicas. Cabe recordar que a maioria dos jornais do período, ainda que trouxessem informações aleatórias sobre assuntos relacionados a medicina, dedicavam-se também aos informativos de outras esferas, que não a clínica, e ao entretenimento. É possível perceber que a afirmação dos insucessos anteriores quanto a implementação de um jornal médico na Bahia aparece justificando o lançamento da Gazeta Médica da Bahia como um jornal que busca preencher satisfatoriamente o papel de pai desta imprensa que ainda está por nascer.

O periódico é lançado com uma missão inicial: a de contribuir à uma posição ativa dos intelectuais brasileiros em substituição a uma, até então vigente, inércia no que concerne a

assuntos relacionados ao “melhoramento das condições físicas e morais do homem, conhecimento da sua natureza e das necessidades, dores, vícios, paixões e miséria no breve transito da vida humana”.

A referida missão envolvia uma obrigação: a de colaborar ao patrimônio comum com suas “forças e talentos”, transmitindo contribuições com “porvir mais rico do que herdaram de seus antepassados” como condição obrigatória ao progresso. Aqui, torna-se perceptível a ideia do novo como pré-requisito para o progresso, em sentido de evolução, de conhecimentos que, de forma mais eficaz que os do passado, contribuam ao futuro da própria medicina, da nação e até mesmo da humanidade.

Quem eram os responsáveis por tal missão? Os operários das ciências. Gabriela dos Reis Sampaio aponta o intuito da classe médica em se consolidar como reconhecida e legítima. Segunda a autora os médicos cientistas:

Não pretendiam apenas ser mais uma opção de cura, respeitável e merecedora da confiança das pessoas simplesmente em função de seu compromisso com a ciência. Seu objetivo era ser a única opção existente, para que conseguissem definitivamente conquistar o poder e prestígio que acreditavam merecer como representantes da doutrina científica[...] (SAMPAIO, 2001:55)

Seja sob a alcunha de “operários da ciência” ou “representantes da doutrina científica”, o que fica evidente é a demanda pelo reconhecimento de uma classe médica, específica, científica, habilitada à missão de contribuir ao progresso da nação.

Informados por um ideal que ligava ciência às ideias de civilidade e progresso, esses operários da ciência, e entendamos a ideia de operários no sentido de trabalhadores que produzem algo que traga benefícios, os esculápios atribuíam a si um duplo trabalho: O de combate às doenças e o de manter o Brasil nos caminhos do progresso a partir dos ideais científicos.

O apontamento de uma classe médica como única opção realmente legítima nos conduz a duas constatações elementares: 1) A demanda da classe médica pelo monopólio dos assuntos de doenças e curas evidenciava que isto ainda não ocorria, o que nos permite presumir um momento de disputas dentro da medicina, ela mesma em processo de consolidação, vale lembrar; 2) Apontar os operários da ciência como responsáveis pela missão implicava na exclusão de indivíduos situados fora do âmbito científico. É Gabriela dos Reis

Sampaio⁵ quem aponta a categoria de *charlatão* como estratégia da classe médica para se legitimar e alcançar seus objetivos monopolistas, argumento próximo ao deste capítulo.

As duas constatações acima correlacionam-se. Antes de prosseguir com a análise do restante do programa, tornam-se necessárias algumas palavras que visam melhor compreender alguns dos motivos pelos quais a classe dos “ilustrados” esculápios, ainda que aptos à primorosa missão de manter a nação saudável, tinha de disputar o seu lugar. Parte dessa ausência de lugar garantido aos cultores de tão nobre causa pode ser explicada pela questão política e cultural que remonta a proibição de Portugal, ao Brasil Colônia, do ensino superior, o que fazia com que fosse ínfima a quantidade de médicos diplomados e/ou que exerciam a profissão no Brasil. Até que 1808 chegue e inicie o processo de consolidação das instituições de medicina do país, as práticas de cura eram exercidas por curandeiros, sangradores, parteiras, barbeiros, com pouco menos frequência boticários, e outros indivíduos não diplomados ou versados na medicina oficial.

Do que foi dito acima constata-se que a legitimação de uma medicina oficial, científica, teria de enfrentar a força dos costumes que sustentava as concepções e práticas de cura não científicas.

Mas prossigamos com a análise.

[...] Como o navegante, que nota minuciosamente os baixios desconhecidos, as correntezas periodicadas, os parais occultos, em proveito de outros, que apoz ele se arriscarem pelas mesmas paragens,- **assim aquelles, que exercem e cultivam a medicina, estão adstrictos a tornar conhecidos os resultados das suas investigações scientificas, da applicação dos princípios a prática de todos os dias**, o modo porque os climas, as estações, e mil outras circunstancias influem na origem, na forma, na marcha, na duração e na cura das molestias, e finalmente a historia exacta e minuciosa da observação dos factos particulares que, ou venham confirmar as regras estabelecidas, **ou imprimam nova direcção as ideias, e sirvam de guia aos que buscam a verdade**. Apartados do movimento dos grandes centros de actividade scientifica, estranhos a essa lucta, em que milhares de intelligencias se esforçam a porfia- no gabinete, nos amphiteatros, nos hospitais, nos laboratórios, nas associações doutas, nos congressos, nos certames e na imprensa- por dilatar o campo da observação e da experiência, por difundir o conhecimento das grandes verdades practicas, e elevar a sciencia medica a um grau de perfeição que lhe mantenha e accrescente a consideração e apreço, a que tem direito entre as sociedades modernas, **ficamos longo tempo espectadores mudos e inactivos d’essas luctas, d’esses movimentos e esforços incessantes, fructo de mais provecta e robusta civilização, obra de talentos mais bem dirigidos e aproveitados, e, sobretudo, mais bem comprehendidos e galadoardos do que o são, e do que o poderão ser tão cedo os nossos**. Não é porque entre nós tenham

⁵ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

faltado homens notáveis pelo seu grande saber, ilustração e amor ao estudo; sem sairmos da província, nem remontarmos a tempos fora do alcance de nossas próprias reminiscências e saudades, encontramos, entre outros, e vivos ainda na tradição popular e na da profissão os nomes dos Linos Coutinhos, dos Atalibas, dos Cabraes e dos Alves; **foram talentos brilhantes, que cedo se apagaram sem deixar outro rastro de luz senão o que ficou na memória dos que os admiraram;** vozes autorizadas, que soaram eloquentemente nos salões ou nos amphiteatros da Faculdade, mas cujos ecos se calaram para sempre, **sem que lh'os recolhesse a imprensa, para os transmitir à posteridade.** (Grifos meus)

Nesta segunda parte do programa de objetivos encontramos outra obrigação atribuída aos operários das ciências: A de divulgarem os resultados, metodicamente controlados pela observação e pela experiência prática, pré-requisitos científicos, de modo a contribuírem à verdade, confirmando regras existentes ou definindo um novo caminho para os que a buscam. Aqui a ideia de novo tem seu caráter um pouco ofuscado no sentido de que regras existentes podem ser também confirmadas; mas perdura no que se refere a indicação de novos caminhos. É necessário perceber que as atitudes de legitimar ou rejeitar práticas existentes é um exercício de escolha, ou seja, é político por envolver exclusão e inclusão de opiniões.

Em concordância com o que foi dito anteriormente sobre uma das possíveis explicações para o atraso na consolidação de uma medicina científica e oficial, parte do trecho nos fala sobre um período em que os operários da ciência ficaram de fora dos esforços mais robustos e incessantes das civilizações modernas em nome do melhoramento da ciência. A ideia de civilização é elemento que dá base à constatação de que para tornar-se nação civilizada, o Brasil deveria buscar superar esse atraso. Modo de fazê-lo era a partir da valorização dos profissionais da medicina. Eis inclusive um dos objetivos implícitos no programa de se lançar uma gazeta médica: o de, além de trocar, preservar informações, ser espaço de propagação de opiniões, instrumento de posicionamento político. A publicação do jornal eram ainda forma de garantir lugar na posteridade aos nomes de maior talento e importância no meio. Cabe perceber que a ideia de operários, trabalhadores, é qualidade que soma à de talento. Não basta apenas o talento, é preciso devoção pela causa, no sentido de consolidar a ciência médica e cumprir sua nobre função, divulgando seus resultados.

Por fim, cabe ressaltar a preconização da necessidade de uma maior correlação entre os ecos dentro da Academia e sua propagação para fora da Academia via imprensa.

Não é nosso propósito indagar as causas, que por tanto tempo frustraram as mais esperançosas tentativas para estabelecer entre nós um órgão da profissão médica, no qual se registrassem os progressos da sciencia, onde se recolhessem os fructos da experiencia e da observação individual, onde, finalmente, se concentrassem as forças de tantos talentos desaproveitados: fossem ellas quaes fossem, **é certo que**

semelhante lacuna está pouco em harmonia com o grau de civilização a que somos chegados, com o bom nome que sempre conservou nossa bela província entre as mais ilustradas do império, e, principalmente com as necessidades dos que deveras se dedicam ao estudo da sciencia medica. (Grifos meus)

Aqui encontramos palavras que confirmam o apontamento de que a classe médica, na condição de operária da ciência, atribuía a si uma missão de contribuir ao progresso da nação via ciências médicas: A inexistência de um órgão médico era incompatível com o grau de civilização a que chegara a província da Bahia e, em última instância, o Brasil. Trata-se da indicação da classe médica como elemento diretamente ligado à civilização. Pode-se mencionar, ainda, o adjetivo de *bela* província. Seria legítimo lançar uma gazeta médica na Bahia porque a província era ilustre e lá muitos indivíduos eram deveras dedicados aos estudos das ciências médicas, o que era um bom indicativo de que publicação do periódico poderia obter o sucesso esperado, não malogrando como ocorrido com as tentativas anteriores.

Com a publicação que hoje encetamos, não temos o desvanecimento de preencher completamente essa lacuna; sem a vaidade de pretender a tão elevadas aspirações, ella nasce, todavia, do sentimento d'essa verdade reconhecida, que acabamos de enunciar. Além d'isso, reconhecemos tambem que nos não faltam os elementos indispensáveis para sua existência: **a classe medica é hoje assaz numerosa e illustrada**; os hospitais e a clinica civil oferecem vasto e fertilíssimo campo, onde acharão larga messe de factos importantes os que se derem ao trabalho de os colher e interpretar; **na Faculdade de medicina florescem talentos, uns provados nas lides acadêmicas**, outros que as encetam com a melhor fortuna, e sob os mais esperançosos auspícios: temos o apoio dos nossos mais distinctos colegas d'esta capital, e contamos com o seu conselho, com as suas luzes, e com o auxilio da profissão medica em geral, para levar ao cabo tão árdua tarefa. Parece-nos, portanto, que, com taes condições d'opportunidade, o aparecimento **de uma gazeta medica em um paiz, onde não abundam as publicações d'este gênero, aliás indispensáveis à difusão dos conhecimentos com que diariamente se enriquece a sciencia, não deixara de ser favoravelmente acolhido por todos aquelles que consideram a imprensa o arauto do progresso entre povos civilizados, e o termometro vivo do seu desenvolvimento moral.** O fim da publicação, que emprehendemos, não é nem a pretensão de dirigir a opinião do corpo medico, nem o interesse material, nem a vaidade de ostentar primazias literárias; todos sabem que nada d'isso alcançariamos, ainda que o quizessemos; - a opinião em medicina cede unicamente à evidencia dos factos esclarecidos pela observação; os interesses materiaes, em commettimentos d'esta ordem, não são ainda para o nosso paiz, **e as reputações scientificas e literárias sao conquistas de largos anos de trabalho incessante, e jamais se improvisam.**

Desta terceira parte do programa percebe-se, mais uma vez, a ideia de que é possível que o periódico na condição de “órgão da imprensa médica”, obtenha sucesso em seus objetivos de colaboração ao progresso via ciências médicas, graças a uma “classe de médicos numerosa e ilustrada”, agora não só no âmbito da Bahia, ainda que seja dada ênfase no

“florescimento de talentos na Faculdade de Medicina”, mas nas demais províncias e até mesmo, fora do Brasil.

É presente, ainda, a justificação da imprensa como “símbolo de arauto do progresso entre povos civilizados e termômetro de seu desenvolvimento moral”, em reforço à exposição de motivos do porque é coerente lançar um periódico naquele momento, visto que a imprensa médica no Brasil ainda estava por nascer e sua ausência poderia significar o indesejado atraso quanto ao progresso. É possível perceber que, ainda que a imprensa médica estivesse por nascer, já existiam periódicos médicos em circulação, ainda que pouco abundantes. Nesse sentido, defender a criação de um jornal médico da Bahia era defender a posição, frente as outras províncias brasileiras, da Bahia como região civilizada que precisava de um porta-voz de sua medicina, em pleno progresso. Outra parte da justificativa do jornal diz respeito a sua integridade ética de não “ter pretensão de dirigir a opinião do corpo médico, nem o interesse material, nem a vaidade de ostentar primazias literárias”. Tal integridade ética do jornal evidenciaria a integridade ética de seus fundadores, os operários da ciência que atuavam na Bahia? Acredito que sim, principalmente quando se tem vista a busca por legitimação da classe referida.

O nosso proposito é simplesmente o seguinte: concentrar, quanto for possível, os elementos activos da classe medica, afim de que, mais unidos e fortificando-se mutuamente, concorram para **augmentar-lhes os creditos, e a consideração publica; diffundir todos os conhecimentos que a observação propria ou alheia nos possa revelar; acompanhar o progresso da sciencia nos paizes mais cultos;** estudar as questões que mais particularmente interessam ao nosso paiz; e **pugnar pela união, dignidade e independencia da nossa profissão.** Não promettemos pouco, de certo; mas, se não medimos mal as nossas proprias forças, e se não contamos demasiado com o apoio e auxilio dos **nossos**colegas, a Gazeta Medica não sera d’esta vez uma tentativa irrealizável e infructifera. (Grifos meus)

A análise do trecho permite-nos dissertar sobre um sentido político do jornal, em termos de legitimação de uma classe médica, que se destacava das demais por sua missão especial de colaborar para o progresso pela via ciência. Me parece que ponto chave é a demanda por união para legitimação em relação a uma descrença do público leigo devido à uma desunião. A partir desse viés, é possível questionar se apenas os médicos, público-alvo enfatizado pelo jornal, tinham acesso ao mesmo. A classe médica, de acordo a Gazeta, deveria ser a responsável oficial por, a partir da difusão e troca de conhecimentos a nível internacional, filtrar e definir quais seriam as questões que mais particularmente interessavam ao Brasil. Esta observação nos permite inferir que à medicina do período eram atribuídas, também, funções sociopolíticas que ultrapassavam os propósitos de descoberta de doenças e

manutenção da saúde. Cabe notar que a demanda pela união da classe médica permite a afirmação de que havia um tipo de “desunião”- esta provavelmente se refere às disputas explicativas para as causas da doença. É importante notar que o objetivo maior evoca a união da classe médica em nome do progresso, mas não aponta em que aspecto deve se dar essa união.

A leitura do trecho nos permite pensar numa classe desunida e na necessidade de aumentar credito frente à população por meio de fortalecer laços dos médicos, o que nos mostra que o descrédito na medicina e nos médicos fazia parte da realidade a ser enfrentada. Tais reflexões não nos permitem excluir a possibilidade de ser o jornal também voltado a um público leigo, porém ilustrado e não médico, como por exemplo, representantes do governo. A luta pela “dignidade da profissão” podia ser indício do predomínio de outras noções sobre doença e cura, que não as do âmbito científico.

*Ella ahi vae, pois, aventurar timidamente os seus primeiros passos em um caminho cheio de espinhos, de obstáculos e de perigos, onde outros antes de nos esmoreceram e cahiram. **Se nos espera a mesma sorte, se os nossos esforços encontrarem ainda a má sina que parece fatalmente acompanhar, até as extinguir de todo, as mais esperançosas empresas litterarias que surgem n’esta provincia, ao menos ahi fique registrado mais um esforço em favor do progresso da sciencia que professamos, e da sua nascente e tão pouco cuidada litteratura.** (Grifos meus)*

O trecho aponta, além das dificuldades enfrentadas na tarefa da consolidação de uma medicina oficial e científica que buscava o monopólio da cura, para a necessidade de um jornal como espaço devotado à literatura médica, visto que estas estavam em passos diferentes de desenvolvimento. A medicina estaria mais desenvolvida do que a literatura médica. Eis o objetivo maior de criação da Gazeta Médica da Bahia: suprir a lacuna da ausência de literatura médica na província da Bahia, que se pretendia demonstrar como civilizada e avançada a partir de uma medicina em pleno progresso e desenvolvimento. Cuidar dessa literatura médica, até então tão descuidada, era forma de cuidar de um lugar destinado aos escritos dos verdadeiros médicos e da ciência que professavam como verdade. Este lugar para os escritos dos verdadeiros médicos nos permite compreender o jornal como forma de combate aos indivíduos não vistos, pelos editores da Gazeta Médica da Bahia, como verdadeiros cientistas.

Concluindo, acrescentamos:

A colaboração da Gazeta Medica não é privilegio de pessoa, ou de pessoas determinadas: todos os nossos colegas d’esta e de outras províncias, que se acharem na posição, ou em condições favoráveis para os estudos practicos, e as

quiserem aproveitar, terão sempre francas as nossas columnas para os seus trabalhos, de preferencia aos de feição theorica, ou meramente especulativa, que, todavia, serão tambem aceitos com agradecimento. **Em geral serão bem vindos todos os escriptos de interesse para a sciencia, e para a profissão, uma vez que, tanto no conceito, como na forma, esteja em harmonia com o caracter serio e grave, e com a posição a que aspira a Gazeta medica entre os órgãos da imprensa do paiz, e sejam dignos do publico illustrado e especial, a quem são destinados.** Bahia, 9 de Julho de 1866” (GMB, 1866: 1-2. Grifos meus)

Quanto à última parte do programa algumas considerações merecem destaque. A primeira é que o periódico atribui a si caráter acolhedor, no sentido de não restringir seu escopo apenas aos médicos da província da Bahia. Ainda que a fonte tenda a preconizar a importância da imprensa médica como detentora do direito de propagar os verdadeiros conhecimentos da área, a mencionada “posição que aspira a Gazeta Médica entre os órgãos da imprensa” nos leva ao questionamento sobre outro tipo de público leitor, que não apenas os médicos. A fonte aponta que não, mas as entrelinhas nos permitem a reflexão, principalmente quando os “escritos de interesse para a ciência” não são regidos pela exigência de serem escritos por um médico. Mas o jornal tomava, ainda, para si, como parte da missão, evocar a união de uma classe médica no país a nível mais amplo, provavelmente para aumentar sua eficácia política, o que parece coerente principalmente quando se parte da hipótese de que a demanda pela união de uma chamada classe médica científica e oficial era forma de legitimação frente às diversas práticas outras de cura, ou ainda “charlatanices”.

Outro ponto refere-se às restrições dentro do amplo objetivo de união de uma classe médica. No trecho encontramos a afirmação de que a Gazeta Médica da Bahia não é “privilegio de pessoa, ou de pessoas determinadas”. A frase nos parece tanto quanto contraditória aos considerarmos que “todos os escritos serão aceitos, exceto os que não estiverem de acordo os interesses da ciência e da profissão e do público ilustrado e especial a que o jornal se destina”. O exercício de escolha do que seria ou não publicado, era um exercício de posicionamento político que presumia a Gazeta Médica da Bahia como instrumento de apresentação de ideias consideradas importantes à classe médica, mas definidas pelos editores do periódico, que acredito que entrava em conflito com outros posicionamentos do período.

No último trecho analisado as características de “sério e grave” são tidas como exigências para que os escritos sejam publicados na Gazeta Médica da Bahia. A própria ideia de sério e grave implica o reconhecimento dos escritos considerados não sérios e não graves. Tal constatação nos permite confirmar que a demanda pela consolidação de uma imprensa

médica está ligada a necessidade de um espaço próprio dos “verdadeiros” médicos. É esta demanda que nos permite presumir que a imprensa médica enquanto lugar legítimo de expressão dos verdadeiros médicos enfrentava a existência de outros espaços, onde conhecimentos escritos por indivíduos que não eram “verdadeiros operários da ciência” eram propagados.

É importante ressaltar que todo o artigo programa é uma espécie de louvor à ciência, que se coadunava com as noções de civilização, progresso e modernização. A medicina não científica aparece pela via de um grande silêncio, afinal ela não deveria ser figura majoritária em uma gazeta devotada à ciência. Contudo, a preconização da atividade dos operários da ciência envolvia a exclusão de outras práticas de cura. O exercício de exclusão indica a existência. Daí a necessidade de uma literatura médica feita pelos médicos de verdade, os sérios e graves.

Já foi explicitado o conceito de medicina oficial como a medicina que buscava-se consolidar enquanto legítima e vinculada ao Estado Imperial. Como o programa de lançamento não entra diretamente no assunto da relação entre Estado Imperial e medicina, serão apresentados e analisados, brevemente, outros trechos do jornal que confirmam a hipótese da disputa pela legitimação, não só por parte do povo, mas também do governo do Império, instância máxima responsável e provedora de recursos ao desenvolvimento da nação. Junto a demanda por legitimação, críticas à condução de tal responsabilidade a um governo que parecia ainda não compreender com a mesma intensidade dos esculápios a importância da classe médica ao reconhecimento do Brasil como nação civilizada, informada por noções de progresso.

Eis os manifestos do Dr. Goes Sequeira⁶ em artigo de sua autoria intitulado “Congresso Sanitário Inter-Nacional: - Nenhum representante por parte da medicina brasileira”, publicado no primeiro número da Gazeta Médica da Bahia:

Já não é uma utopia, nem um bello sonho o congresso ou conferencia sanitária internacional!.. Devida à previdente e sabia iniciativa do Governo Francez, acceita por quasi todos os Governos, que n’isso interessavam os quaesalli são dignamente representados, e de esperar- que n’aquella illustrada reunião ventile-se e discuta-se cabalmente o complicado problema, que lhe foi submetido, e que da solução das questões, que a ele se prendem emanem providencias reaes e praticas, que ponham em salvaguarda a saúde dos povos [...] unicamente desejamos registrar nas paginas do nosso Jornal esta sucinta noticia sobre um assumpto de tão subida importancia,

⁶ Inspetor de Saúde Pública da Bahia (1860). Autor assíduo na Gazeta Médica da Bahia.

que desafiou a atenção de quase todos os Governos; e, ao mesmo passo, deplorar que a medicina Brasileira não tenha seu representante n'aquella humanitario Congresso..- Como explicar esta falta? – Será porque estejamos garantidos d'uma nova invasão da cholera-morbus?- Por certo que não. – Similhante falta somente pode ser attribuida a proverbial indiferença que mostramos para objetos de tal natureza: porquanto só na occasião do perigo é que acordamos, e chamamos pelo Santo da nossa devoção, conforme vulgarmente se diz. Dir-se-há, é verdade, que pouca ou nenhuma utilidade resultaria da presença d'um nosso representante n'aquella conferencia, visto como dos trabalhos e medidas ali elaboradas e formuladas podemos valer, desde que forem publicadas, e applical-as d'um modo compativel com as nossas necessidades!- Se tal observação tivesse fundamento, a Hespanha, Portugal, os Estados Unidos, e outros paizes não haveriam aderido ao convite que lhes foi dirigido pelo Governo Francez. É que todos esses Governos comprehenderam, e bem,- que a missão da Conferencia sanitária interessa a todos os povos, que é essencialmente cosmopolita, porquanto não sera pequeno beneficio-que, do concurso e da maior somma de luzes, que seja possível reunir, derivem-se medidas, que, oportuna e regularmente applicadas, extingam ou limitem a renovação, os estragos frequentes ou periódicos do flagelo, que, adquirindo inaudito vigor em seu foco primitivo, em consequência do estado de abandono e embrutecimento, em que vivem os habitantes d'aquella região [Mecca], vêm inocular-se no coração das nações civilisadas, trazendo as maiores calamidades[...]
(GMB, 1866:4)

O artigo do Dr. Goes Sequeira nos permite algumas observações. Primeiro o elogio a “sábria decisão do Governo Frances” de apoiar a promoção de uma conferência sanitária internacional. Trata-se da elucidação de que para as “soluções e providências reais e práticas em nome da saúde dos povos” é necessária a cooperação entre operários das ciências médicas e governo. Segundo, a importância de noticiar, na Gazeta Médica da Bahia, representante da imprensa médica, este assunto de tamanha importância. Esta eleita por Goes Sequeira e pelos editores que permitiram a publicação de seu artigo, importante questão. Não é trivial mencionar que tal assunto cairia em silêncio no escopo político do jornal caso os editores da gazeta decidissem não publicá-lo. Terceiro, a crítica a que, em meio a quase todos os governos que aceitaram o convite para participar da conferência, o Brasil não tenha enviado sequer um representante sob a justificativa de que poderiam usufruir das conclusões do congresso assim que fossem publicadas.

Defende-se uma missão cosmopolita de manutenção da saúde sobretudo quando nações civilizadas não estão totalmente protegidas das moléstias provindas sobretudo das nações não civilizadas. Aqui cabe perceber a ideia de incompatibilidade entre civilização e doenças calamitosas. Cabe perceber, também, a demanda pela inserção do Brasil no rol das nações civilizadas a partir da presença nesse tipo de reunião. “Limitar a renovação do flagelo” faz parte da missão dos esculápios, esses operários da ciência. Por fim, cabe mencionar a chamada de atenção que o Dr. Goes Sequeira faz ao governo imperial. Este deveria auxiliar no combate ao costume por “clamar ao santo da devoção”, visto que o modo correto de se

combater e prevenir (não preconizando apenas a ocasião do perigo) efetivamente os males de uma moléstia é por meio da medicina científica.

É propício que seja mencionada a publicação, em edição de 10 de Novembro de 1866, de ofício que o Dr. Goes Sequeira, inspetor da saúde pública dirigiu a Presidência da Província Baiana acerca das qualidades da carne distribuída ao consumo público. Antes da transcrição do ofício, o redator que não assina sua opinião, expõe o seguinte comentário:

O juízo authorizado do nosso colega, formulado officialmente, não só justifica as queixas da população d'esta capital contra a má qualidade da carne ultimamente distribuída para alimentação publica, mas ainda confirma a opinião, de há muito formulada por pessoas competentes, acerca das más condições de salubridade do matadouro publico, e dos inconvenientes de sua conservação quasi no centro de uma freguesia populosa[...]

No comentário acima transcrito fica evidente a tentativa de intervenção de um órgão governamental de saúde pública na vida prática através de seus operários da ciência. Estes, na condição de autoridades competentes, confirmaram e clarificaram as queixas da população contra a má qualidade da carne “ultimamente distribuída para alimentação pública”. Aparece, de certa forma, a concepção de que a população sabia reclamar mas não sabia explicar satisfatoriamente, de maneira “competente”, do que reclamava. A explicação satisfatória, embasada na autoridade da ciência da higiene, era o que concedia ao inspetor, de acordo o redator do comentário, maior jurisdição do que as demais pessoas, para falar sobre as condições da carne.

Sampaio, falando sobre a dificuldade de coerência entre os próprios órgãos oficiais ligados a saúde pública, o que dificultava também a implementação de suas medidas como políticas públicas eficientes, nos conta que:

[..] as autoridades enfrentavam sérios problemas na implantação das medidas indicadas pelos higienistas. Por mais rigorosas que fossem as prescrições dos agentes da higiene, elas eram frequentemente barradas por questões que escapavam ao seu controle, ligadas muitas vezes a hábitos e crenças bastante antigos de diferentes grupos sociais[...] (SAMPAIO, 2001:112)

Em outros momentos desta monografia foram mencionadas dificuldades enfrentadas pela classe médica que tinha de disputar lugar com práticas tradicionais de cura. O que aqui visa-se ressaltar é a existência de disputas entre os próprios órgãos oficiais, a nível regional e nacional, que ocasionava a ausência de um consenso entre a própria chamada classe dos

representantes da ciência ou, ainda, classe médica. Esse tipo de dissenso dificultava ainda mais o objetivo de união da referida classe. Goes Sequeira, assim conclui seu ofício:

Se porventura se houvesse realizado a remoção do matadouro publico, como há 12 annos foi aconselhado pela extincta Commissão de Hygiene Publica, de que eu fazia parte [...] poderíamos possuir um edificio d'esta natureza, construido com aquellas condições hygienicas peculiares, e que são de mister; infelizmente, porem, as Municipalidades e Administrações que se seguiram aquellas, disso não cuidaram, e pois, ainda hoje vemos permanecer, quasi no centro d'este vasto povoado, um similhante estabelecimento, o qual, a despeito de quaesquer trabalhos e melhoramentos que n'elle se façam, achando-se em perfeito antagonismo com as leis e preceitos que a hygiene publica sabia e previdente prescreve, sera sempre um pernicioso foco de infecção, uma causa perenne de insalubridade[...] (**GMB, 1866:99**)

Além da constatação do problema da continuidade das ações e cooperações entre instâncias municipais e administrações, órgãos oficiais da saúde pública, fica evidente no ofício o argumento da higiene como autoridade fundamental ao objetivo de manter a população salubre. As doze primaveras da recomendação não cumprida evidenciam a dificuldade de implementar a classe médica como efetiva, além de oficial, no que concerne ao tratamento de assuntos de saúde pública.

Neste capítulo foram expostas análises e considerações a respeito do nascimento de um jornal num contexto marcado pela demanda do fortalecimento de uma classe médica informada pelo ideal de medicina oficial e científica que, ainda que reconhecida pelo governo como tal, enfrentava dificuldades de resistência cultural por parte da sociedade e ainda dificuldades de estabilidade provindas de dissensos no interior da própria classe. Os dissensos apontam para um momento onde a medicina mais era um campo de dúvidas do que de certezas e o próprio governo, que reconhecia a medicina científica como a oficial, em nome da ideia de progresso da nação via ciência, ainda pecava no que concerne ao auxílio da eficácia de políticas públicas indicadas por representantes da medicina oficial. Os médicos, cada vez mais inseridos nos assuntos do cotidiano, evidenciando suas tentativas de atuação e posicionamentos frente a questões no âmbito de esferas socioculturais, políticas e econômicas das mais diversas.

Porque o jornal foi criado? Para afirmar um lugar específico da classe médica. Tal causa envolvia o combate às práticas exercidas por aqueles que não eram operários da ciência, logo, pode-se dizer que a Gazeta Médica da Bahia foi criada, também, para combater os charlatães, a partir da deslegitimação de suas práticas. Ainda que apareçam no silêncio, os chamados charlatães podem ser flagrados em passagens dos trechos analisados.

As análises contidas neste capítulo apontam para um duplo movimento: 1) A demonstração de como o desenvolvimento de uma literatura médica foi apontada como parte fundamental no processo de união da classe médica e demais objetivos definidos no artigo programa, que fala da necessidade de uma “literatura”. Esta literatura seria construída em oposição às práticas não científicas, e isso aparece pelo silêncio, possivelmente para não dar palanque aos falsos médicos- tidos como charlatães; 2) A demonstração da ideia de que o médicos, por meio da criação de um espaço de difusão de sua literatura- uma gazeta médica-, buscavam aproximação também com o governo provincial e imperial, mostrando que ele devia adotar medidas sobre certos temas informados pelos doutores da medicina, a classe médica.

Tendo sido brevemente delineados principais motivos de criação da Gazeta Médica da Bahia, passemos a análise de quem eram os inimigos da classe médica que buscava se consolidar. No capítulo que se segue analisaremos quais os tipos de charlatanismos apontados pela Gazeta Médica da Bahia nos período de 1866-1870.

CAPÍTULO 3: PRODÍGIO DE CHARLATANISMO

Já foi dito que os operários da ciência se definiam em oposição a praticantes da arte da cura genericamente classificados de charlatães. Resta então saber quem eram esses charlatães segundo a Gazeta Médica da Bahia.

Como a industria avalia os Medicos. – Um fabricante de fundas, em Paris, teve a audácia de dirigir aos médicos d'aquella capital uma circular, onde se encontra o trecho seguinte << Desejando vulgarizar o uso destes aparelhos, julgo, Sr... de muita utilidade o seu auxilio, e se na sua clientela tiver de aconselhar uma funda, peço a preferencia, certo de que será satisfeito; no fim de cada mez terei o gosto de lhe remeter 25 por cento de commissão por todas as vendas, que por seu intermedio se realisarem>> [...] Para que tal proposta se faça em tal estylo e em forma de circular, é mister supor que quem a aventura conta que alguns médicos a aceitarão. Queremos admitir que todos lhe responderam com o desprezo que ele merece[...] Esta comissão [...] é o doente quem a paga sem saber, e haveria n'isso, da parte do medico, que se prestasse a semelhante ajuste, mais do que uma falta de delicadeza, haveria um abuso de confiança[...] pareceu-nos útil, caro amigo, fazer ver aos nossos collegas que tiverem recebido, ou receberem taes circulares, o perigo de serem suspeitos de cumplicidade n'este tenebroso trafico.- Le Fort. Et Verneuil (**GMB, 1866:11**)

Liberdade profissional. Emquanto na Baviera se publica um decreto, pelo qual se pode exercer a medicina livremente em toda a parte, em Inglaterra, paiz clássico da livre iniciativa, onde a profissão medica é exercida quase nas mesmas condições que qualquer outra industria, sente-se a necessidade de substituir uma lei às demasias da livre concorrência, adicionando ao medical act, em vigor, disposições, que imponham, principalmente, limites à medicina fraudulenta, que se exerce em larga escala por todo o paiz[...] appella-se em Inglaterra para uma organização mais completa e restricta, pela qual seja melhor regulado o exercício da profissão, e modificado o ensino, tornando obrigatório o registro dos professores, e effectiva a penalidade contra os que usurpam títulos médicos[...]Extraído do Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa. (**GMB, 1866:58**)

Decreto do Czar. Um decreto do Czar prohibiu o tratamento pelo methodo homeopático em toda a America Russa, sob pena de multa de 500 rublos, ou dois anos de prisão. Isto poderá parecer a alguns arbitrário, e duro, mas em compensação é proveitoso. Extraído de El Siglo Medico. (**GMB, 1867: 180**)

Por cá não acontece o mesmo. – O tribunal de Cassação condemnou, definitivamente um pharmaceutico de Beaugency, Luiz Carlos Mullot, a 500 francos de multa, e custas de appellação, por ter vendido, sem receita, um purgante de sulfato de potassa, manná e senne. Entre nós há liberdade para muito mais senão de direito, ao menos de facto. Temos pharmacias sem pharmaceuticos diplomados que dão consultas medicas e cirúrgicas, e tiram d'isto um grande proveito! E essas invasões de direitos passam impunemente, e de certo modo já se tem tornado a norma do viver de muitos, que abusam da credulidade do povo e da inercia das autoridades. (**GMB, 1868: 156**)

Os trechos são publicados em sessão denominada *Notícias*- uma das mais notáveis do jornal. A referida sessão pode ser tida como a mais diversificada do periódico, trazendo variados assuntos, expostos em poucas linhas, portanto mais rápidas de ler, se comparada às demais sessões do jornal. É, ainda, a sessão que mais cita e/ou transcreve publicações de gazetas estrangeiras. Retomando uma reflexão proposta no capítulo anterior, cabe pensar se essa sessão, presente em quase todas as edições do periódico, não seria indício de uma leitura mais fácil portanto acessível a leigos.

A notícia sobre o audacioso fabricante de fundas que oferece comissões, evidencia alguns pontos interessantes de analisar e coerentes principalmente quando tomamos por base um dos argumentos do capítulo anterior, de uma classe médica que deseja consolidar-se como legítima. A proposta do fabricante virou circular e os editores da Gazeta Médica da Bahia acharam importante reproduzi-la no jornal, ainda que se refira a um caso ocorrido em Paris. Acredito que a proximidade da questão de preservação da dignidade da classe médica e honestidade com os doentes dos quais seus representantes tratavam, preenchia bem uma necessidade da medicina nacional. A circular é ainda indicada como um tipo de aviso sobre “o perigo de [os médicos] serem [tidos como] suspeitos de cumplicidade neste tenebroso tráfico”. O médico que aceitasse suborno não estaria seguindo os princípios morais da boa e correta conduta médica- a que não deve aceitar comissões de fabricante algum-, então o médico que aceita suborno, mesmo que diplomado, é um tipo de desonesto, que pode ser alocado na categoria de charlatão. O fabricante das fundas, que mais pensa em seu lucro do que na melhor opção para o reestabelecimento da saúde dos doentes, também é um tipo de charlatão. Está fora da classe médica científica e se intromete nos assuntos de doenças e curas.

Os outros três trechos, que tomo a liberdade de comentar em conjunto devido a semelhança entre os temas, evidenciam claramente a contraposição médico com título ou diplomado X charlatão. Isto fica evidente a partir das demandas pela regulamentação da profissão que nas quatro notícias percorrem um caminho que vai das críticas ao *Medical Act* (1858)⁷, passando pelas exposições de casos de nações europeias civilizadas onde indivíduos desautorizados que praticaram o ofício da cura foram punidos pelos governos, até chegar a crítica explícita de que aqui no Brasil muitos desonestos – que entram na categoria de *charlatão*-, invadem os direitos dos operários da ciência diplomados, abusam da credulidade

⁷O Medical Act de 1858 foi uma lei criada para regular as qualificações profissionais em Medicina e Cirurgia. Surge de um ato do Parlamento do Reino Unido que criou o Conselho Médico Geral e propôs regulamentações das referidas qualificações profissionais.

do povo e da inercia das autoridades. Para a Gazeta Médica da Bahia as noções de uma medicina oficial bem regulamentada correspondem a ideia de nação civilizada.

Acaba-se a syphilis!– Um doutor homeopata allude, em um jornal extra-profissional, a uma questão de que se ocupa a Academia de Medicina de Paris, - a natureza da syphilis, e o modo de a prevenir, e afirma conhecer <<um medicamento que, como topico, até agora tem sido infallivel, para preservar (!) e fazer abortar os primeiros phenomenos da syphilis, e não duvida fazel-o conhecido de todos os seus illustradoscollegas>>. Infelizmente o illustre filho de Ilanheman, deixa os seus collegas em jejum a respeito do tal remédio infallivel, o qual, como se depreende do trecho citado, tanto serve para preservar os primeiros phenomenos da syphilis como para os fazer abortar, o que é uma combinação de efeitos muito curiosa e singularmente extraordinária. Estes artigos-annuncios abundam muito nos periódicos, mormente nos do Rio de Janeiro, em favor dos quaes produzem não pequena renda anual. Infelizmente não são só os homeopatas que exploram esta mina. O reclamo, como outras muitas moléstias sociaes da nossa epocha, tem-se tornado contagioso, e ameaçaria contaminar cada vez mais a classe medica, se o bom senso e a honestidade profissionais lhe não fossem antidoto eficaz. (GMB, 1867:48)

Remedio contra as molestias pulmonares. – Com este titulo encontramos em um jornal do Rio de Janeiro, um d'entre milhares de agradecimentos, ou por outra, de annuncios, com que impunemente se arma a credulidade publica, e às algibeiras dos pobres doentes. É o eterno e deplorável systema dos perpétuos enganos que cá introduziram os charlatães americanos e francezes, e que vai ganhando já numerosos proselytosnacionaes. (GMB, 1868:275)

As publicações medicas nos jornaes não medicos. - É sempre lastimoso que os medicos se ocupem das cousas de medicina pura nos jornaesextranhos à sciencia; mas torna-se mais deploravel ainda que o façam inculcando o erro, ou professando ideas que não teem curso na pathologia. A regra deve ser não pôr diante dos olhos do vulgo , que a respeito da medicina são todos menos os médicos, senão a parte de que elle pode colher conselho ou preceito util; mas para alguns dos nossos collegas, felizmente raros, os escrúpulos acabam em presença da mais pequena velleidade, que so a deficiencia de conhecimentos póde explicar[...] Extraído de Escholiaste Medico. (GMB, 1868:48)

Prodigio de charlatanismo. – É bem cabida esta epigraphe à seguinte noticia que dá o Siglo Medico: << Na quarta pagina de um periodico anglo-americano se annunciam uma pilulas do seguinte modo: Cidadãos, quando votardes convem que elejais bons candidatos. E que se necessita para isto? Ter a cabeça livre , as ideias claras, e o cerebro não offuscado pelos vapores da bilis. As pílulas universaesde Brandeth vos proporcionarão estas vantagens, purgando-vos suavemente, e vos asseguram um livre uso de vossas faculdades. Que cada votante tome ao menos uma dose de quatro pilulas na vespera da eleição, epronunciara um voto regulado pela justiça. >> (GMB, 1868: 108)

Da leitura das quatro primeiras transcrições pudemos extrair a ideia de charlatães como os indivíduos que, sem nenhuma formação médico-científica, se aproveitavam da insatisfatória fiscalização por parte das competências governamentais, invadindo os direitos da classe médica. As outras quatro exemplificam outros tipos de charlatães- os fraudulentos, dos anúncios duvidosos que encontram na imprensa não médica campo fértil para suas charlatanices.

Na primeira notícia- “Acaba-se a syphilis!”, podemos perceber o destaque na afirmação de que foi um jornal extra- profissional (perceba, caro leitor, que os editores do jornal monopolizaram para a classe médica o adjetivo de profissional) que publicou a incoerente afirmação feita por um homeopata que sequer provou o que disse. A chalaça sofrida pelo homeopata reforça a ideia de disputa pelo monopólio da cura, num contexto onde “médicos alopatas, homeopatas e hidropatas se digladiavam através das colunas dos [...] jornais[...]” (CHALHOUB, 1996). Todas essas categorias poderiam ser chamadas de charlatães, a depender no nível de discordância sobre os métodos de cura mais adequados.

Para fins demonstrativos, transcrevo abaixo um dentre os diversos anúncios propagados por um dentre os vários jornais não médicos da época:

“PILULAS ASSUCARADAS DE BRISTOL

A SALSA-PARRILHA DE BRISTOL

Deverá ser tomada conjuntamente com as pílulas em todos os casos de afecções escrophulosas, de uma naturessucerosa ou syphilitica, ou quando a massa do sangue se haja tornado corrupto ou viciado pelo uso de ferro, mercurio ou por qualquer outro mineral. **E o doente pode ficar perfeitamente convencido, que sendo ellas usadas conforme as direcções indicadas na capa de fora;** nenhum molestia pode resistir por muito tempo as qualidades penetrantes e salutíferas destes dous grandes remedios. Vende-se em todas as principais boticas”. (JORNAL DA TARDE, 1870:4, nº 109. Grifos meus.)

Da leitura do trecho de um jornal extra-profissional (não médico), principal consideração a ser percebida é que uma folha de entretenimento presta receituários médicos. O Jornal da Tarde (RJ) especifica para que casos a salsaparrilha é indicada, mas não indica que a confirmação da moléstia seja feita por um profissional da medicina. Além disso, afirma que o doente pode ficar convencido da efetividade do remédio indicado contanto que este recorra às instruções de uso escritas do lado de fora da embalagem. Ou seja: O jornal extra-profissional indica um medicamento e ignora a necessidade de um profissional da medicina científica para confirmar a eficácia da receita. O remédio é anunciado de modo quase

autônomo. A referida salsaparrilha, bem como as pílulas açucaradas- um remédio complementar e necessário ao efeito daquela substância curativa-, recebem a patente do Dr. Bristol, que o jornal sequer especifica se era um médico, um farmacêutico, um boticário...

Além do exemplo mencionado, encontramos nas gazetas não médicas diversas recomendações de procedimentos de órgãos oficiais de saúde para lidar com moléstias:

“Hygiene Publica.- O presidente da junta de saúde publica dirigio ao Sr. Ministro do império o seguinte officio:

<< Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1870.

<< Illm. e Exm. Sr- Approximando-se os dias de carnaval, e que a população entrega se com ardor aos folguedos próprios dessa occasião, os quaes podem ser muito fataes na presença de uma epidemia como é a de febre amarella, para cujo incremento tanto concorrem os excessos de todo gênero, julgo conveniente, não que se prohibam de todo os bailes chamados de mascara, cujo costume esta introduzido nesses dias, porque isso iria de encontro aos usos seguidos em todos os paizes, mas que na concessão para eles, não exceda o prazo marcado da meia-noite, ou então que sejam adiados para occasião mais própria. V. Ex., porém, resolverá como julgar mais acertado.

<< Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr Conselheiro Dr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretário de estado dos negócios do Império. -. Dr. José Pereira Rego, presidente. >> (**JORNAL DA TARDE, 1870:3, nº 94**)

Acima foi transcrito ofício do presidente da Junta de Saúde Pública dirigido ao ministro do Império alertando sobre os perigos da febre amarela durante os festejos de carnaval. Ou seja: uma gazeta extra-profissional foi utilizada para prestar uma informação de um órgão oficial da medicina científica. Esses casos não eram raros nas gazetas de entretenimento. Mas seja anunciando remédios ou comunicando as decisões dos órgãos de saúde pública, a imprensa não médica não tinha um critério para exposição das informações ou anúncios referente a doenças e curas. Acredito que esta ausência de critério, junto a não preconização da consulta aos profissionais de medicina, sejam os principais motivos que levavam os editores da Gazeta Médica da Bahia a demandarem uma imprensa médica detentora dos direitos de propagação de informações sobre doenças e curas.

As três últimas notícias extraídas da Gazeta Médica da Bahia se referem a publicações de cunho clínico em jornais não médicos. Além dos apontamentos explícitos no jornal de que os indivíduos se aproveitam desses meios para propagar suas charlatanices, aproveitando-se da ignorância do povo (ao menos no que se refere as práticas curativas), pode-se inferir que os

editores do periódico queriam não apenas se diferenciar como classe médica e ter monopólio dos versos sobre doença e cura; mas queriam ainda que os assuntos referentes ao restabelecimento da saúde fosse privilegio da imprensa médica. Apenas os médicos teriam discernimento o suficiente para decidir o que seria útil ou não à população, não versada nos assuntos médicos. Assim como no caso do matadouro público analisado no capítulo 2, aparece a ideia de uma população passiva, que precisa de indivíduos que cuidem do seu bem. Os esculápios atribuem a si tal missão.

Da pequena amostra de trechos – e digo pequena porque o jornal ultrapassa 1 século de publicação-, fica evidente a presença da temática do charlatanismo como categoria oposta a dos operários da ciência. Categoria esta que atrapalha o honesto trabalho dos dignos médicos cientistas. Ressalto que este é uma viés proposto pela Gazeta Médica da Bahia -jornal criado e editado por um grupo de médicos que o utilizava para se posicionar politicamente, se legitimarem como senhores da medicina nacional. Não levar em conta que as acusações provavelmente sejam estratégias políticas de legitimação da classe médica seria incorrer no perigo de simplificação de um conceito que é, na verdade, tão amplo.

Dos exemplos, conhecemos os charlatões da indústria, que preconizam os acordos de monopólio em nome do lucro, em detrimento da ética que os editores tropicalistas tanto apontavam que deveria ter a classe médica. Conhecemos também os charlatões que aceitariam esse tipo de suborno, além dos charlatões que prometem curas milagrosas mas não as comprovam. Por fim, a classe dos charlatões dos anúncios, que utilizavam a grande imprensa ou seja, a não médica-, pelos editores da Gazeta Médica da Bahia chamados de extra-profissionais. Mas há um tipo de charlatão considerado o pior de todos: o charlatão diplomado:

Discurso Academico. – Corre impresso, e tivemos a satisfação de ler um discurso que proferiu o nosso joven e talentoso colega o Sr. Dr. Antonio Pacífico Pereira, no acto de receber com os seus companheiros de estudos o grau de doutor, em 30 de Novembro ultimo, na nossa faculdade de medicina. O joven orador em expressões felizes e eloquentes, e em estylo elevado e digno de logar e do assumpto, faz a apologia da missão do medico na sociedade, dirige sinceros agradecimentos aos seus mestres, e por fim, stygmatisa os charlatões que se ostentam entre nós mais ruidosos e ousados que nunca, e que -<< ávidos de lucros e audazes por ignorância, iludem impunemente a boa fé e a credulidade publica[...]é salutar o conselho que dá aos seus collegas de despresarem estes impostores, e fugir das cilladas que lhes arma <<a fortuna, sempre desarrasoadá, que acompanha o charlatanismo, e que, desgraçadamente, tem fascinado alguns irmãos nossos que, pela ambição do lucro, e pela commodidade do systema , abjuraram os princípios da sciencia, da moral e da religião>>[...] **Sem duvida alguma o charlatão diplomado é o peor e mais perigoso de todos. (GMB: 1867:144. Grifos meus)**

A categoria de charlatão é critério direto de deslegitimação. Os esculápios charlatães que se dedicam ao lucro e não ao bem das pessoas estariam deixando de lado princípios de moral, ciência e religião. Cabe perceber que religião aqui é utilizada no sentido de honestidade com o próximo, mas além disso é aplicada no sentido de consideração da missão do médico na sociedade como algo sagrado. Desrespeitar essa missão, sobretudo quando se é detentor dos conhecimentos e das regras morais da profissão, é algo deveras absurdo e inaceitável.

Os editores da Gazeta Medica da Bahia publicaram um discurso que criticava o charlatanismo. Já foi dito algo sobre a escolha do que deveria ser ou não publicado ser uma forma de posicionamento político. Somando a leitura do trecho acima a do combate dos assuntos médicos em gazetas extra-profissionais é possível constatar que uma das funções de uma gazeta médica era o combate ao charlatanismo, tão difundido em outras gazetas, as não medicas. Tal assertiva nos ajuda a melhor compreender o argumento do capítulo 2, de um jornal tão definido como órgão da verdadeira literatura médica porque feito pelos verdadeiros médicos, que deviam se unir como classe contra os não médicos. Assim sendo, é possível falar que uma das funções primeiras do periódico editado pelos tropicalistas era a de combate ao charlatanismo, ainda que isso não seja dito de forma explícita.

A nossa investigação em busca dos charlatães da Gazeta Médica da Bahia resultou na reflexão sobre questões outras de extrema importância no objetivo de compreender um pouco mais o processo de consolidação de uma medicina científica na segunda metade do século XIX. Nos foi exposta a ideia de uma ética médica ligada a objetivos de identidade e legitimação exclusiva, embasada no quesito da comprovação, de publicização de resultados como pré-requisito a aceitação de um método de cura para que este seja considerado satisfatório. Merecem destaque, também, as questões da imprensa médica disputando com a própria imprensa do entretenimento, imprensa não-médica, o controle pelas informações sobre doença e cura.

Por fim, cabe mencionar o uso de trechos extraídos de outras gazetas, estrangeiras ou não. O exercício de escolha do que seria ou não publicado era também um exercício político de exclusão e produção de silêncio. Definir o que era importante a ser publicado era uma forma de posicionamento político dos esculápios tropicalistas que editavam o jornal. A recorrência às gazetas estrangeiras pode ser indício de um tipo de argumento que afirmaria a

Europa como núcleo irradiador de ideias para o Brasil, ainda que até certo ponto, visto que os tropicalistas só publicavam os trechos que lhes convinham. Usar padrões de nações civilizadas que possuíam uma melhor regulamentação da medicina do que a do Brasil, na época, parece se tratar de uma estratégia de aceitação da medicina científica como promotora do progresso, da civilização, criadora, portanto, de uma sociedade “moderna”. Tal demanda justificaria a exigência por maior apoio estatal aos esculápios do Brasil, principalmente no que se refere ao combate ao charlatanismo.

As pessoas, que não os charlatões e operários da ciência, aparecem no jornal como figuras passivas ou como “meros objetos de pesquisa” (SAMPAIO, 2001:74). Entretanto, nas entrelinhas, podemos perceber que o desejo de não abusar da confiança das pessoas, muito mais do que relacionado a salvá-las de sua própria ignorância, é elemento que nos permite pensar no quão indispensáveis são esses indivíduos comuns, sobretudo quando se tem em vista que eles eram o público-alvo das doenças, o que permitia a disputa entre operários da ciência e charlatões, a partir de definições de cura para tais doenças.

Quando pensamos na noção de charlatão como o indivíduo “falador, que inculca drogas e segredos de medicina” (SILVA, 1789), percebemos que, de acordo a Gazeta Médica da Bahia, o que diferenciava médico e charlatão era apenas o diploma e a suposta ética científica, porque no que concerne às intenções de monopólio da cura, as intenções eram deveras semelhantes- “inacular drogas”, para livrar das doenças. O modo de fazê-lo é o que variava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise sobre o charlatanismo na Gazeta Médica da Bahia nos anos de 1866-1870, foi possível perceber que sob o rótulo de charlatão cabia uma grande número de casos, indivíduos, órgãos e médicos. Nos deparamos com uma noção polissêmica que apresenta em comum a construção da legitimidade de um grupo por meio de um órgão da imprensa médica editado pelos profissionais da medicina que formaram a Escola Tropicalista Baiana.

Ao longo dos capítulos foram expostas considerações diversas que envolviam a temática do charlatanismo *pari passu* à trajetória dos operários da ciência para consolidação de uma medicina científica. Aqui não vou repetir todas. Seria exagerado e desnecessário. Entretanto, caro leitor, encerro este curto e decerto algo incompleto percurso, contando um caso descrito pelo Dr. José Francisco da Silva Lima, um dos principais médicos da Escola Tropicalista Baiana. Tal registro serve tanto para confirmar os resultados propostos até aqui, quanto para evidenciar outro tipo de exercício de prática de cura considerado pelos operários da ciência da Gazeta Médica da Bahia como parte da categoria de charlatanismo. Trata-se do curandeirismo.

“São tão numerosas no Brazil as plantas que podem produzir envenenamento, **que usadas indiscriminada, ou inconscientemente, quer administradas para fins criminosos, e algumas d’ellas acham-se tão introduzidas na practica dos curandeiros, e tanto à mão pelos quintaes e jardins, que fora para desejar não só que todas ellas fossem bem conhecidas da profissão medica em geral,** mas também que os seus efeitos tóxicos fossem cuidadosamente registrados, sempre que se oferecessem à observação clinica. É por isso que julgo de alguma utilidade narrar o seguinte caso, que tive occasião de observar há pouco tempo. **Dous pretos africanos, ambos escravos, moradores na mesma casa, Pedro de 35 a 40 annos, e João de 25 a 30, sofriam de dôres rheumaticas, e , como é frequente entre eles, em vez de se queixar a seu senhor, consultou o mais idoso a um curandeiro, também preto,** o qual aconselhou banhos com cosimento de umas folhas, **das quaes lhe forneceu abundante provisão.** Na noite de 12 de agosto ultimo, depois de uma ceia abundante, de que ambos participaram, Pedro preparou o cosimento, e como seu companheiro sofria do mesmo mal, convidou-o a experimentar as virtudes curativas do remédio que lhe haviam aconselhado, ao que João accedeu sem difficuldade. **Infelizmente, porém, ou porque não tivessem sido comprehendidas as instrucções para o uso do remedio, ou porque entendessem os doentes que se elle era bom em banhos, melhor seria em bebida, tomaram cada um cerca de duas chcaras [...] d’aquelle cosimento, e deitaram-se logo.** Uma hora depois accordaram com dôres pelo ventre, e vômitos; estavam hallucinados, com a pelle muito fria, paralyticos a ponto de se não poderem erguer, **e pediam que lhes dessem azeite a beber, remedio popular, como se sabe, contra os envenenamentos. Foram applicados sinapismos às pernas e administradas frequentes doses de óleo de rícino, mesmo sem conselho medico, o que produziu algum alivio.** Fui chamado a visitar esses doentes no dia seguinte às 8 horas da manhã. Já podiam caminhar, mas estavam ainda trôpegos e hallucinados, vendo objetos imaginários, phantasmas, ratos a passear pela câmara etc ., de que procuravam fugir dirigindo-se para a porta. Ambos tinham as pupilas muito dilatadas, e a superfície do corpo fria;

o pulso era regular em rythmo e frequência: a boca e fauces nada ofereciam de notavel. Pedro tinha vomitado por muitas vezes grande quantidade de alimentos, porém não havia tido dejecções alvinas. Estava já menos hallucinado, e respondia razoavelmente às perguntas que se lhe faziam; caminhava bem, e apenas acusava algumas dôres pelo ventre. João havia feito algumas dejecções, mas não tinha vomitado; estava ainda hallucinado, e tinha a apparencia de um homem em estado de meia embriaguez. Os peiores symptomas haviam desaparecido; **prescrevi a Pedro oleo de rícino, a João um emetico, e a ambos café forte repetidas vezes. Voltei a vel-os 3 horas da tarde; os remédios haviam produzido effeito; os doentes estavam muito melhorados[...]** No dia seguinte pela manhã, **36 horas depois da ingestão do cosimento, estavam restabelecidos**, bem que um tanto fracos[...]. Não se pode calcular exactamente a dose que tomou cada um d'esses dous pretos d'aquelle cosimento, nem em que grau de concentração; é certo porém, que foi bastante a produzir os effeitos tóxicos próprios às solaneas virosas, e muito análogas principalmente, aos da beladona, e do estramônio. **É provável que esta dose fosse fatal, se encontrasse um estomago vasio[...]** (Grifos meus)

Do registro podemos tirar algumas considerações principais. A primeira é sobre a abundância de plantas venenosas sequer conhecidas pela classe médica disponíveis em jardins e nas mãos de curandeiros. A ausência de domínio total sobre as existências e os efeitos das plantas venenosas pode evidenciar tanto a ideia de um campo médico em formação, em processo de descobertas, quanto o desinteresse por parte da classe médica desses recursos- as folhas e plantas-, usados por curandeiros africanos. Outro ponto implícito é o do perigo da abundância dessas plantas, que nem mesmo os médicos conheciam por completo, disponíveis aos curandeiros que poderiam fornecer aos doentes grandes quantidades dessas plantas que escondiam tantos riscos. É explicitado, ainda, o costume dos escravos de recorrerem ao curandeiro mais idoso, o que nos mostra que a figura do médico não era vista como autoridade primeira.

O fornecimento de abundante quantidade das plantas pelo curandeiro aos pretos africanos é tido como responsável auxiliar, junto à sua ignorância quanto a como ministrar o remédio, pelas desordens causadas pelas folhas. Cabe mencionar, também, que mesmo em estado avançado de envenenamento e dores fortes, os pretos clamavam pelo azeite, um remédio popular, e não pela autoridade de um médico. O remédio produziu alívio, o que demonstra certa eficácia dos receituários populares. Entretanto, o alívio total só foi propiciado após a visita do médico, responsável pela cura dos dois pretos africanos, que caso não tivessem comido no banquete, provavelmente, teriam morrido. Cabe ressaltar que esse risco de morte foi apontado por um médico que escrevia para desqualificar os curandeiros e aqueles que seguiam suas prescrições. Comprar a versão do médico sem questioná-la é defender apenas um dos lados da moeda.

Após o caso dos dois pretos africanos, Silva Lima relata mais dois casos onde uma senhora e um preto escravo foram aconselhados, respectivamente, por uma criada e um colega escravo, a se medicarem com um remédio caseiro a base de mandioca serenada. A senhora veio à óbito e o preto, quase à beira da morte, foi salvo graças ao tratamento receitado pelo doutor que relata esses casos. Silva Lima assim conclui seu registro clínico:

[...] Estes casos mostram a facilidade com que se dão e aceitam conselhos d'esta ordem, e que se empregam remedios tão perigosos, que, por ignorância de quem os dá e de quem os accêita, occasionam frequentemente accidentes graves, e até a morte, e, além d'isso, a dificuldade do diagnostico nos casos em que, como no primeiro d'estes dous, não ocorrem suspeitas da verdadeira causa de tão graves desordens[...] Quanto exemplos semelhantes não terá occasionado a tenebrosa medicina dos mêsinheiros africanos e da desastrosa therapeutica dos curandeiros de cancos?“(GMB, 1866:68)

A parte final do artigo de Silva Lima nos é prova da expressiva presença dos curandeiros e mesinheiros, indivíduos que pertenciam a classes de curadores não versados na medicina científica. Tais indivíduos, mais procurados que os próprios operários da ciência, dificultavam a ação dos verdadeiros esculápios. Assim sendo, deveriam ser combatidos, pois causavam males diversos, aos doentes e aos médicos. Eis o que o médico tropicalista defendia.

Divulgar esse tipo de caso no jornal era forma de legitimar a necessidade de extinção dos charlatães e preconizar a legitimidade da classe médica, mais prudente e versada na ciência. A propagação desse tipo de informação nos leva a novamente questionar se o público-alvo dos jornais era só os pares da profissão médica, a partir do momento em que tais registros parecem conter também lições e alertas para combater os curandeiros, ao mesmo tempo que reafirmavam a necessidade de se recorrer e confiar nos médicos. Acredito que essa não era uma lição tão desconhecida aos membros da classe médica a ponto de ser publicada num jornal destinado somente aos esculápios.

Atribuí a Gazeta Médica da Bahia a função de combate ao charlatanismo mesmo que o aparecimento da palavra seja deveras rarefeito. Tal argumento ganha sentido sobretudo quando estamos falando de um contexto onde a medicina científica- conceito este que envolvia disputas e estava em processo de construção-, concorria com diversas outras formas de “conhecimento popular” pelo estabelecimento de sua supremacia no campo do combate as doenças. Preconizar a necessidade de uma medicina científica reconhecida e detentora do monopólio da cura era uma demanda que evidenciava que o estabelecimento de uma classe

médica enfrentava resistência interna a partir dos conflitos sobre explicações das doenças e da definição de quem eram os médicos dignos e corretos, o que dificultava o atendimento às reclamações por um maior apoio estatal. As resistências eram ainda externas, quando se dependia da aceitação das camadas populares para efetividade do exercício da profissão médica.

A disputa pelo monopólio da cura, entre operários da ciência e charlatães, estava centrada em premissas científicas, dos médicos denunciando os que falavam em nome da ciência sem a autoridade e conhecimento necessário. Práticas populares que não buscavam se inserir no âmbito científico e sequer atribuíam às doenças tal caráter científico ou biológico, como o curandeirismo, por exemplo, tiveram sua essência minimizada, sob o rótulo de charlatanismo, do não científico, pelos editores da Gazeta Médica da Bahia. Trata-se da tentativa de os operários da ciência de imporem suas definições sobre as doenças e suas curas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Fontes:

I.I: Jornais

A Grinalda. Edições diversas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819077&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Dezembro de 2015.

Annaes Brasilienses de Medicina. Edições diversas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=062014&pesq=>>. Acesso em Dezembro de 2015.

Gazeta Médica da Bahia. Edições diversas, 1866-1870. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive?issuesPage=17#issues>>. Acesso em Dezembro de 2015.

Jornal da Tarde (RJ). Edições diversas. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-tarde>>. Acesso em Dezembro de 2015.

Jornal do Comércio. Edições diversas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030066&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Dezembro de 2015.

O trovão. Edições diversas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819042&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Dezembro de 2015.

I.II: Dicionários e enciclopédias

BLUTEAU, Rafael; **VocabularioPortuguez e latino.** Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1728. Volume 2. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/002994-02#page/1/mode/1up>>. Acesso em Dezembro de 2015.

FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).** Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> Acesso em Dezembro de 2015.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira.** Ouro Preto : Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>>. Acesso em Dezembro de 2015.

SANTOS FILHO, L. de C. **História Geral da Medicina Brasileira II,** São Paulo, EDUSP, 1991.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da linguaportugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Volume 1. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210>>. Acesso em Dezembro de 2015.

II. Bibliografia

II.I: Livros

CHALHOUB, S. **CIDADE FEBRIL - Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo, Cia das Letras. 1996.

CONI, A. C. **A Escola Tropicalista Baiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima,** Salvador, Tip. Beneditina, 1952.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

GURGEL, C. **Doenças e Curas: O Brasil nos primeiros séculos.** São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, R., et al. **Danação da Norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil,** Rio de Janeiro, Graal, 1978.

PEARL, J. G. **The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889,** Michigan, Columbia University, 1990.

RÜSEN, J. **Razão histórica.** Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SAMPAIO, G. R. (Org.); CHALHOUB, S. (Org.); GALVAO, C. (Org.); MARQUES, V. (Org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SAMPAIO, G. R. **Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001

SCHWARCS, L. M. **O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930,** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, N.W. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Mauad, 1994.

UJVARI, S.C. **A História da Humanidade Contada pelos Vírus.** São Paulo: Contexto, 2008.

II.II: Teses e artigos:

BARROS, Pedro Motta de. 1997-1998. **Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro.

BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. **143 Anos da Gazeta Médica da Bahia**. In: Gazeta Médica da Bahia. Ano 144. Volume 80. Número 1. Gráfica Contexto: Salvador.

EDLER, Flávio Coelho. **A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico**. In: Revista Asclepio, volume 2, 1998. Disponível em: <asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/download/341/339>. Acesso em Dezembro de 2015.

_____. **A Escola tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em Dezembro de 2015.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Das doutrinas à experimentação: rumos e metamorfoses da medicina no século XIX**. Disponível em: < http://www.mast.br/arquivos_sbhc/103.pdf> Acesso em Dezembro de 2015.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a05.pdf >. Acesso em Dezembro de 2015.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; CHAVES, Leandra; BARROS, Rodolfo. “**A Escola Tropicalista e a Faculdade de Medicina da Bahia**”. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/971/950 > Acesso em Dezembro de 2015.

REBELO, Fernanda. **Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX** (2007). Disponível em: <www.abfhib.org/FHB/FHB-02/FHB-v02-10.html>. Acesso em Dezembro de 2015.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. **Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)**. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliiana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=552&sid=27> . Acesso em Dezembro de 2015.

Declaração de Autenticidade

Eu Vanessa de Jesus Queiroz, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Entre faladores e Operários da Ciência: O Charlatanismo na Gazeta Médica da Bahia, 1866-1870” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 17 de Dezembro de 2015.

Vanessa de Jesus Queiroz